

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

**AS TRAMAS DE GÊNERO NO PROCESSO
DE MEDIAÇÃO FAMILIAR:
Um estudo sobre as percepções e atitudes
de mediadores e mediadoras**

Dissertação de Mestrado

STELLA GALBINSKI BREITMAN

Prof. Dra. Marlene Neves Strey

Orientadora

Porto Alegre, janeiro de 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

**AS TRAMAS DE GÊNERO NO PROCESSO
DE MEDIAÇÃO FAMILIAR:**

**Um estudo sobre as percepções e atitudes
de mediadores e mediadoras**

STELLA GALBINSKI BREITMAN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e da Personalidade, sob a orientação da Prof. Dra. Marlene Neves Strey.

Porto Alegre, janeiro de 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

STELLA GALBINSKI BREITMAN

**AS TRAMAS DE GÊNERO NO PROCESSO
DE MEDIAÇÃO FAMILIAR:**

**Um estudo sobre as percepções e atitudes
de mediadores e mediadoras**

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa Dra Marlene Neves Strey – Orientadora

Profa Dra Patrícia Krieger Grossi

Profa Dra Berenice Sica Lamas

**Ao Cláudio - marido, companheiro, amante, pai, mãe e irmão,
há 36 anos -, que esteve sempre ao meu lado, durante
essa empreitada tão custosa, em todos os sentidos.
Conforme uma das participantes de minha pesquisa,
“também existem homens bons, diferenciados e justos.”
Concordo com ela - Cláudio é um deles.**

AGRADECIMENTOS

Ao fim desta jornada, gostaria de fazer referência ao fato de estar concluindo uma etapa iniciada e interrompida há mais de 30 anos. Quando terminei a graduação em Psicologia, em setembro de 1973, prestei concurso público para o cargo de psicóloga em uma autarquia federal. O que eu realmente queria fazer, no entanto, era o Mestrado, que iniciei em março de 1974, freqüentando cerca de seis meses. Na época, porém, engravidei e precisei fazer um repouso importante. Ao retornar às aulas, um dos professores não aceitou a justificativa das faltas, exigindo que repetisse a disciplina.

Pena que naquela época ainda não conhecia a Marlene Strey, que certamente me faria brigar pelos meus direitos. Simplesmente abandonei o curso, inconformada com o fato, acreditando que poderia, certamente, realizar um trabalho suplementar para compensar as faltas. Enfim, acredito que a expressão desses sentimentos se justifica, pelo fato de que, somente 30 anos depois, eu possa falar publicamente sobre a indignação que senti. Talvez nos anos de 1970 fosse compreensível minha atitude de submissão, diante de tamanha intransigência. Na época, racionalizei a mim mesma: melhor levar a termo a gravidez do que concluir o Mestrado. Eu simbolizava o estereótipo da mulher – grávida e impedida por um homem de continuar na Academia.

Hoje, tenho certeza de que poderia ter cumprido as duas tarefas, e até mais. Permitam esse desabafo, pois não considero um acaso ter ficado no grupo de Estudos de Gênero. Esta não era minha primeira opção, mas decorreu do fato de que assisti a algumas reuniões e tive

uma conversa franca com a minha orientadora, a quem dedico meu principal agradecimento. Foi devido à sua maneira cordial e empática que, rapidamente, reconheci a importância das questões de gênero, até então sem brilho em minha vida pessoal e profissional.

Agradeço, também, às professoras doutoras Patrícia Krieger Grossi e Berenice Sica Lamas, integrantes da banca examinadora, por aceitarem o convite e participarem deste momento tão significativo.

David Zimmerman – meu analista de tantos anos – não poderia, de forma alguma, estar ausente dos agradecimentos, mesmo porque se trata de um feminista nato.

Finalizo, agradecendo ao grupo de mediadores e mediadoras que participou da pesquisa. A todos (as), minha gratidão.

Superhomem – a canção
Gilberto Gil - 1979

Um dia
Vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter

Que nada
Minha porção mulher, que até então se resguardara
É a porção melhor que trago em mim agora
É que me faz viver

Quem dera
Pudesse todo homem compreender, oh, mãe, quem dera
Ser o verão o apogeu da primavera
E só por ela ser

Quem sabe
O Superhomem venha nos restituir a glória
Mudando como um deus o curso da história
Por causa da mulher.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PARTE I - PROJETO DE PESQUISA	10
APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA	33
PARTE II - ARTIGO TEÓRICO	34
PARTE III – ARTIGO EMPÍRICO	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO	79
ANEXOS.....	82

APRESENTAÇÃO

O presente texto de dissertação foi estruturado conforme a proposta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e da Personalidade, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Constituiu-se, assim, a partir de um grande desafio, já que possui três partes distintas e, ao mesmo tempo, integradas: o projeto de pesquisa, o artigo teórico e o artigo empírico.

Além dos entrelaçamentos de conteúdos, o conjunto do texto precisou ir se diferenciando, porque a proposta é a de finalização de produções textuais para diferentes publicações. Assim, houve um cuidado gráfico de adequações aos limites de páginas e às exigências de formatação das revistas, para as quais os artigos serão encaminhados, depois de passarem pelas alterações decorrentes das orientações da banca examinadora.

A produção de uma dissertação desta forma trouxe um aspecto positivo, no sentido de possibilidade de divulgação da produção acadêmica e do esforço de síntese, mas também representou limitações, já que o trabalho de condensação dos dados coletados acabou sendo, às vezes, redutor. A sensação, em alguns momentos, era de frustração, diante da necessidade de descartar conteúdos importantes, em função da restrição do número de páginas. O risco, então, é de não estar oferecendo um relato tão rico, quanto a coleta realizada. A expectativa, agora, é que o esforço tenha valido a pena e que os dois artigos contemplem respostas às inquietudes apresentadas no projeto, em relação ao modo como os(as) mediadores(as) percebem as questões de gênero, no processo de mediação familiar.

PROJETO DE PESQUISA

RELAÇÕES DE GÊNERO

NO TRABALHO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

1 INTRODUÇÃO E CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Durante muito tempo trabalhando em terapia de casais, minha preocupação tem sido manter o foco nas configurações vinculares, no padrão dos relacionamentos e tipos de interações. Também tenho voltado a atenção para as mudanças que, ocorrendo em um dos membros do casal, podem afetar o outro, de alguma maneira. Detenho-me, ainda, nas diferenças e semelhanças do par e no tipo de comunicação utilizada por seus integrantes. Observo a família e a comunidade a que os casais pertencem, bem como suas famílias de origem e os fatores relacionados à sociedade, à classe social, ao trabalho exercido e tantas outras variáveis. Todos estes aspectos vêm sendo considerados, sob o ponto de vista do pensamento sistêmico¹ com o qual trabalho. O mesmo pode ser inferido quanto à prática de mediação familiar a qual venho me dedicando, concomitantemente à terapia de família e casal. Sempre que possível, utilizo meus conhecimentos da terapia familiar sistêmica, no processo de mediação familiar, bem como recorro aos meus conhecimentos de mediação, durante situações de terapia, especialmente em casos de separação e divórcio, na medida em que se façam necessárias negociações entre o ex-casal conjugal em prol do casal parental.

Utilizando, assim, o conhecimento e a experiência de uma prática profissional interdisciplinar em terapia de casais e mediação, bem como a de docência em cursos de mediação, decidi pesquisar o modo como as relações de gênero são percebidas pelos mediadores e mediadoras e interferem no processo de mediação familiar. Percebo que os estudos de gênero e a mediação familiar têm muito em comum, na medida em que discorrem

¹ “Pensar sistemicamente é pensar a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade.” (VASCONCELLOS, 2003, p.147).

sobre temas cujas idéias são partilhadas, ultrapassando a especialização de cada saber. Ambos representam mudanças paradigmáticas em relação à posição da mulher e do homem e quanto à forma de abordar os conflitos familiares. Estas mudanças paradigmáticas constituem o motivo que me levou a amarrar este temário, reconhecendo o seu desafio, no campo da Psicologia Social.

Observo a importância em realizar esta pesquisa, tendo em conta a contemporaneidade dos temas e a polémica que suscitam, o que pressupõe uma “[...] revisão radical de nossas crenças sobre como conhecemos o mundo” (VASCONCELLOS, 2003, p.156). Entendo que a relevância desta investigação está relacionada, além da temática referida, à escassa bibliografia existente sobre a intersecção entre gênero e mediação familiar – utilizando, como sujeitos, os mediadores e as mediadoras. Por fim, saliento que pretendo realizar a devolução dos resultados deste trabalho, para os envolvidos na pesquisa, no sentido de contribuir com uma reflexão sobre o assunto. Da mesma forma, espero que o conhecimento produzido possa servir de orientação para outros profissionais que atuam na área, bem como de estímulo a novas pesquisas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Não é simples analisar tão extensa e rica literatura sobre os estudos de gênero e sobre mediação familiar. Ressalto tratar-se de uma revisão interdisciplinar preliminar, em que procuro visualizar o entrelaçamento que pretendo atingir, entre esses temas. Oriento-me, assim, por Capra (1995, p.259), quando este afirma: “[...] nenhuma teoria ou modelo será mais fundamental do que o outro e todos eles terão que ser compatíveis [...], ultrapassando as distinções disciplinares convencionais.”

2.1 Gênero: um campo de relações

Conforme Marlene Strey (2004), os estudos de gênero estão entre as tendências acadêmicas e políticas mais importantes da vida contemporânea. Internacionalmente, indicam um avanço na prática de pensar o indivíduo, o grupo e a cultura, em termos das relações de poder entre mulheres e homens. A autora explica que as questões de gênero estão nos comportamentos, gostos, idéias e identidades de homens e mulheres, e também em aspectos relacionados à raça, classe social e contexto histórico. Segundo ela, o gênero é uma construção cultural, relacionada ao porquê ser mulher ou homem.

Buscando a etimologia da palavra gênero, encontramos que ela se origina do latim *genus*, “[...] conceito geral que engloba todas as propriedades comuns que caracterizam um dado grupo ou classe de seres [...] que possuem a mesma origem ou que se acham ligados pela similitude de uma ou mais particularidades” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p.1441). Este conceito remete a Gayle Rubin (apud, CORNELL; BENHABIB, 1991, p.171):

[...] gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. Homens e mulheres são, evidentemente, diferentes. Mas não são tão diferentes como dia e noite, terra e céu, ying e yang, vida e morte. De fato, do ponto de vista da natureza, homens e mulheres estão mais perto um do outro do que qualquer outra coisa [...] A idéia de que homens e mulheres são mais diferentes um do outro do que qualquer outra coisa deve provir de lugar que não seja a natureza.

Na literatura relacionada à temática, o livro de Simone de Beauvoir (1980 a e b), publicado originalmente em 1949, sob o título *O Segundo Sexo*, apresenta uma visão analítica do significado de ser mulher, tornando-se um marco histórico dos movimentos de conscientização das mulheres sobre sua condição. Mais adiante, a distinção entre sexo e gênero é ratificada, através da publicação de *Sex and Gender*, do sociólogo Robert J. Stoller, em 1968.

Joan Scott (1995) chama a atenção sobre o fato de que o termo gênero ajudou as feministas a darem ênfase ao caráter social e cultural das diferenças entre os sexos, bem como serviu para revelar uma nova situação em relação às mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero.

A inclusão e a discussão de gênero, como categoria analítica, são fatores que buscam reorganizar a história das mulheres, levando a autora a questionar: “Como o gênero funciona nas relações sociais humanas?” (SCOTT, 1995, p.74) Com o tempo, este passou a ser discutido pelas feministas em conjunto com seus novos aliados, acadêmicos e políticos.

Em relação à desigualdade entre mulheres e homens, essa autora ressalta ser muito importante prestar atenção “[...] aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais, ou para construir o significado da experiência” (SCOTT, 1995, p. 82). A oposição binária de gênero, segundo ela, necessita ser analisada sempre em relação ao contexto. Neste sentido, Scott (1995) critica o juízo a-histórico e essencialista, que define a categoria homem/mulher em contraposição às concepções complexas e historicizadas atuais.

A autora enfatiza que a idéia de masculinidade é fruto da repressão dos aspectos femininos do homem, que introduz o antagonismo entre o masculino e o feminino. É interessante observar como ela define o conceito, destacando sua segunda proposição, como fundamento da teorização de gênero:

Minha definição de gênero tem duas partes [...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças, percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p.86).

Piscitelli (In COSTA; SCHMIDT, 2004) considera importante realizar uma revisão do percurso feminista, seus principais pressupostos, e as idéias centrais de diversas vertentes do pensamento feminista, após 1960.

- O conceito de gênero foi concebido no seio do pensamento feminista, preconizando direitos iguais a partir da seguinte indagação: se a subordinação da mulher não é justa nem natural, como se chegou a ela e de que modo se mantém?
- As mulheres ocupam lugares sociais subordinados aos masculinos, de forma universal, variando em função das épocas e dos lugares estudados.
- A subordinação feminina não é natural. É, antes, decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente.
- Alterando as formas como as mulheres são percebidas, seria possível mudar o espaço social que ocupam.
- As mulheres devem ter igualdade de direitos, sendo, pois, necessário, investigar as raízes culturais das desigualdades.
- As feministas criaram um sujeito político coletivo – as mulheres –, viabilizando estratégias para acabar com sua subordinação, além de criarem ferramentas teóricas para explicar sua causa.

Lerner (1990) refere que a maior parte da história das mulheres é a-histórica, em função de que a História foi escrita pelos homens, ou seja, pela metade da humanidade. A autora afirma que “[...] as mulheres são parte essencial e central da criação da sociedade, são e sempre foram atores e agentes da história. As mulheres “fizeram história”, ainda que tenham sido impedidas de conhecer sua História [...]” (LERNER, 1990, p. 21).

Ela questiona a relação existente entre as idéias de gênero e as forças sociais e econômicas que fazem a história e, em nota de rodapé, diz que “[...] o gênero é a definição cultural da conduta que se considera apropriada aos sexos em uma sociedade e em um momento determinado” (LERNER, 1990, p. 27). A autora continua em seu questionamento: “[...] que tipo de história se escreverá quando [...] homens e mulheres compartilharem

igualmente as definições? [...] Os homens não são o centro do mundo: o centro do mundo são os homens e as mulheres” (LERNER, 1990, p. 31).

Para Mercedes Oliveira (1998), as diferenças comportamentais entre homens e mulheres resultam da força dos componentes culturais sobre os componentes biológicos. Ela trabalha o conceito de gênero, como a condição social da diferença de ser homem ou mulher. Sua maior argumentação em torno de gênero, como categoria social, diz respeito à identificação dos mecanismos de construção de ambos os gêneros, como um conjunto de características e comportamentos que cada sociedade atribui a cada sexo. Trata-se, aqui, de dois sexos biológicos - homem e mulher - e dois gêneros sociais - masculino e feminino. Essas categorias são construções sociais que variam, conforme a época, a sociedade, a educação e os padrões culturais vigentes. Para a autora, as características psicológicas que constituirão as identidades de gênero, se desenvolvem na infância, em relação às diferenças sexuais, pelas atitudes sociais e expectativas familiares. É nesta fase que começam a se delinear as características de dependência/independência e passividade/atividade.

Neste sentido, penso ser oportuno citar outra importante autora, que aborda a complexidade sobre gênero:

A complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre gênero ou dos estudos sobre as mulheres, e de radicalizar a noção de crítica feminista. (BUTLER, 2003, p.12)

A distinção entre sexo e gênero revela que o gênero não é resultado do sexo, nem tão fixo quanto ele. Esta distinção sexo-gênero presume uma descontinuidade entre os corpos sexuados, bem como entre os gêneros culturalmente construídos. A autora faz duas suposições: se o sexo é realmente binário, nada indica que o gênero feminino deva ser construído sobre um corpo feminino ou o gênero masculino, sobre um corpo masculino. A outra suposição é que, mesmo que os sexos não sejam binários, nada indica que os gêneros

devam ser. Ela questiona se o próprio sexo não seria culturalmente construído, assim como o gênero, e afirma que o gênero não é necessariamente binário.

Butler (2003, p. 209) enfatiza que a própria ordem de *ser* de um determinado gênero:

[...] ocorre por caminhos discursivos: ser uma boa mãe, ser um objeto heterossexualmente desejável, ser uma trabalhadora competente, em resumo significar uma multiplicidade de garantias em resposta a uma variedade de demandas diferentes, tudo ao mesmo tempo.

Para a autora, a perda das normas referentes ao gênero, faria proliferar gêneros marginais que provocariam uma desestabilização, nas narrativas naturalizantes da heterossexualidade compulsória dos “homens” e “mulheres”.

Nicholson (2000) assinala que o gênero possui suas raízes, na conexão entre dois conceitos importantes do pensamento ocidental moderno: a identidade, como possuidora de uma base material, e o caráter humano, como construção social. O conceito de gênero foi introduzido para suplementar o conceito de sexo, sendo este, por sua vez, essencial na construção do próprio conceito de gênero. A autora caracteriza, metaforicamente, o conceito de gênero como “um cabide da identidade”, isto é, um lugar onde são pendurados artefatos culturais. Este cabide poderia ser pensado como um corpo, no qual são jogados aspectos de personalidade e de comportamento.

Nicholson leva a refletir sobre o fundacionalismo biológico e o construcionismo social, introduzindo a idéia de que as diferenças entre as pessoas são maiores do que se pensa, inclusive entre as do mesmo sexo e gênero. O corpo sexuado é motivo de uma parte de seu artigo, no qual ela demonstra como os conceitos de corpo unissexuado e bissexuado evoluíram e influenciaram as compreensões feministas. Então, essa autora sugere que se pense “[...] o sentido de ‘mulher’, como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa, o corpo não desaparece, ele se torna uma variável [...] cujo

sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis” (NICHOLSON, 2000, p.36).

Arent (In MATTOS; ROSO; WERBA; STREY, 1999) faz referência à crise masculina, como parte de uma crise maior: a de valores sociais. A autora constata que o homem se encontra preso a uma camisa de força emocional e, conseqüentemente, condenado a uma solidão profunda. Ele possui papéis a desempenhar, responsabilidades a cumprir, desejos a satisfazer, desafios a vencer, uma sociedade a construir, riscos a enfrentar, tudo delineado pelo patriarcado dominante. Arent afirma que as verdadeiras relações humanas somente serão alcançadas, quando se romper a ‘camisa de força’ que reprime e aprisiona os afetos masculinos relacionados a um estereótipo de masculinidade. Relaciona alguns atributos pertinentes a este modelo de masculinidade, que indicam que o homem deve ser:

[...] forte, firme, seguro, autoconfiante, destemido, corajoso, ofensivo, provocador, agressivo, competitivo, dominador, líder, autoritário, intransigente, duro, frio, objetivo, racional, prático, independente, solitário, reservado, superficial, explorador, aventureiro, conquistador, capaz, vencedor, poderoso, ter vigor físico e sucesso financeiro, prover o sustento da família e ainda ser capaz de manter intensa atividade sexual (ARENTE in MATTOS; ROSO; WERBA; STREY, 1999, p.121-122).

Meler (In BURIN; MELER, s.d.) afirma que o poder exercido por um sexo sobre o outro é significativo, para que se possa entender a relação entre eles e a dominação masculina, na maioria das culturas. Ela pergunta: “O que é masculinidade? São os homens abnegados paladinos ou seres hostis e perigosos?” Conclui, a seguir, que eles são ambas as coisas, segundo as circunstâncias.

Após a revisão preliminar da literatura sobre gênero, julgo importante ressaltar que este tema é sempre oportuno, na medida em que os contextos mudam, transformando as próprias relações, que, por sua vez, transformam o contexto recursivamente. Neste sentido, a idéia de realizar a pesquisa do ponto de vista do significado destas questões para os

mediadores, pode expressar aspectos novos, bem como preconceitos adquiridos em suas vivências, ou ainda, aspectos alternativos que venham representar outros significados sobre as relações de gênero.

2.2 Mediação familiar: além de um acordo

A mediação é um novo paradigma, pois apresenta:

[...] um novo pensamento, uma outra atitude mais tolerante frente aos conflitos, que utiliza diferentes técnicas, através de um novo profissional que prestigia a gestão pacífica dos conflitos, principalmente, quando os envolvidos possuem um tipo de vínculo que subsistirá no futuro (BREITMAN; 2000, p. 10).

O diferencial da mediação diz respeito à participação do mediador neste método: diferentemente do juiz, o mediador não busca culpados, sua finalidade é criar as condições para que os próprios envolvidos decidam o que decidiriam sozinhos, se não estivessem tão magoados um com o outro. O mediador precisa ter sensibilidade e empatia para reconhecer as emoções subjacentes às demandas, sem confundir mediação com terapia. Sabe-se que é grande o efeito terapêutico da mediação, na medida em que permite a substituição de comportamentos agressivos, de culpabilizações e de enfrentamentos, por comportamentos que promovam uma linguagem cooperativa, uma convivência com as diferenças e com os princípios éticos que legitimam e satisfazem as pessoas. Da mesma forma que a mediação, por vezes, é confundida com terapia, isto ocorre também com conciliação. Esta tem por finalidade, exclusivamente, o acordo e é bastante utilizada em conflitos comerciais ou trabalhistas. A mediação, também busca o acordo, mas não como objetivo e sim como consequência.

O conceito de mediação familiar foi exaustivamente trabalhado em publicação relacionada ao tema (BREITMAN; PORTO, 2001). Neste livro, foi constatada a existência de grande bibliografia a respeito. O que se percebe, no entanto, é que o tratamento do assunto na formação dos profissionais ainda é incipiente, fazendo-se necessário, neste momento, a apresentação de aspectos gerais, que deverão ser aprofundados ao longo desta pesquisa.

O termo mediação vem do latim, *mediatio, onis*, significando intercessão, interposição. Sua definição é clara: “[...] ato ou efeito de mediar. Ato de servir de intermediário entre pessoas [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1876).

A mediação é um conjunto de ferramentas, através das quais uma terceira pessoa, imparcial, auxilia os envolvidos em disputas familiares a reconhecerem suas diferenças e responsabilidades, para que possam, construir acordos de benefício mútuo. Trata-se de um processo que possui várias abordagens ou modelos. Embora cada modelo proponha um referencial teórico importante, é a junção entre o modelo e a formação básica do mediador que determinará um estilo próprio de mediar. Assim, a profissão de origem do mediador e a prática constroem uma relação que enriquece o exercício da mediação. (BREITMAN; PORTO, 2001).

Segundo Breitman e Porto (2001), a mediação situa-se além das fronteiras dos distintos saberes, representando uma nova mentalidade em relação ao manejo de conflitos. Nesse sentido, é importante comentar algumas características dos mediadores e mediadoras, sem, no entanto, pretender limitar o seu perfil. Referem que, de um modo geral, os mediadores precisam possuir um bom nível de comunicação, na medida em que a maioria dos impasses origina-se por falhas nessa área. Eles podem e devem ser ativos no auxílio aos envolvidos em um conflito, mas precisam agir com prudência, para não induzir as decisões dos mediandos. É, também, de suma importância que o profissional que trabalha em mediação desenvolva sua capacidade de empatia, para conseguir entender o que sentiria, se estivesse no

lugar dos envolvidos, reconhecendo a dor e a raiva entre eles. Para não se envolver emocionalmente, pressupõe-se um trabalho pessoal das suas próprias áreas de conflito, o que lhe permite manter um afastamento confortável entre seus próprios problemas, dificuldades e preconceitos, e os dos mediandos. Além disso, o mediador necessita estar muito bem informado sobre as relações entre os gêneros, sobre as “famílias”, seus problemas, suas configurações e suas significativas implicações nas separações e recasamentos. Precisa reconhecer os valores culturais, religiosos, morais e raciais das diferentes sociedades, presentes nas pessoas que buscam mediação. A mediação alcança espaços cada vez maiores, desde o âmbito dos conflitos familiares aos conflitos entre nações.

Hoje, no Brasil, cada vez mais se fala em mediação de conflitos. Amplia-se o número de pessoas interessadas no tema, sendo que estudiosos têm procurado mais informações sobre a atividade. Advogados, médicos, psicólogos e assistentes sociais vêm manifestando o interesse de capacitação na área. Magistrados, muitas vezes, buscam auxílio dos mediadores, inclusive durante o processo litigioso.

A advogada Aguida Barbosa (2004), examinando a técnica da mediação, destaca que se trata de um método, por meio do qual uma terceira pessoa, imparcial e especialmente treinada, ensina os mediandos a despertarem seus recursos pessoais, para que consigam transformar o conflito que os opõe. Essa transformação constitui-se na oportunidade de construção de alternativas para o enfrentamento ou prevenção de conflitos.

Encontramos um outro olhar, no texto da psicanalista Giselle Groeninga (2004), quando ela reitera a necessidade de levarmos em consideração a subjetividade das relações, dando prioridade à cooperação, em detrimento da competição. É necessária, de acordo com a autora, uma modificação no exercício da autoridade. Segundo ela, a autoridade não deve se manter nos moldes hierarquizados, dados *a priori*, mas encontrar sustentação no exercício das funções, com respeito às diferenças. Para ela, as profissões são especializações de funções que

se encontram presentes em todos nós. Assim, a função mediadora não é prerrogativa dos psicólogos ou advogados: é um conjunto de qualidades que têm uma função social.

Biscotti (2004) trata do tema “colocar-se no lugar do outro”, conscientizando os profissionais da área a respeito dessa importante capacitação, principalmente quando estão envolvidas relações de gênero, uma vez que este tema, muitas vezes, está impregnado de visões preconceituosas. Ele sinaliza a importância de se fazer a leitura do outro, colocando-se em seu lugar. Segundo o autor, além de se dar conta dos aspectos de seu próprio gênero, o terapeuta deve procurar entender cada membro do casal com suas aprendizagens e vivências de gênero. Neste sentido, é preciso pensar a partir de seu próprio gênero, bem como a partir das marcas do contexto de cada um dos membros do casal.

O autor relata suas intervenções como terapeuta, demonstrando o modo como explora, de maneira positiva, as diferenças de gênero. Objetiva que os casais possam trocar de lugar, para se entenderem melhor, principalmente quando se trata de assuntos com códigos diferenciados, para homens e mulheres: culpa, adultério, papel com os filhos, confiança, orçamento familiar, questões de dependência/ independência e outros. Ele prega a ruptura dos estereótipos de gênero, como forma de minimizar os conflitos emergentes. Observa-se que estas intervenções apontadas, em situação de terapia, podem ser aplicadas pelos mediadores, no processo de mediação familiar.

Jones (1999), da mesma forma, apresenta idéias voltadas para o gênero do terapeuta, que são possíveis de serem aplicadas diretamente ao processo de mediação familiar. Destacar ou privilegiar as diferenças entre o homem e a mulher, em vez de sublinhar suas semelhanças, é uma opção que engendra significados. A autora afirma que a preocupação pelo significado de gênero, para terapeutas sistêmicos e pacientes - pode-se inferir mediadores e mediados -, é parte integrante do interesse pelos significados socialmente construídos. Questiona de que

modo os terapeutas - mediadores - fazem ou não um bom uso na terapia - mediação familiar - de sua consciência de gênero.

Ravazzola (1992) trata especialmente do tema de gênero na terapia familiar. Relata o que ocorre quando a consulta é realizada por uma mulher que busca ajuda, não para si própria, mas para algum outro membro de sua família. Além das indicações e recomendações comuns, a autora refere ser freqüente o terapeuta “esquecer” de incluir, entre os contextos que julga pertinentes, o de gênero. Para ela, gênero é

[...] o conjunto de características que a cultura adjudica aos homens e às mulheres, a desigual posição hierárquica que lhes atribui, e a maneira como esta relação de poderes e suas conseqüências ficam mascaradas, de tal modo que acabam subscritas ainda pelas mesmas mulheres que são quem ficam colocadas em lugares sub-valorizados e subordinados (RAVAZZOLA, 1992, p. 44).

A autora propõe-se a examinar as diferentes percepções que se produzem, quando os terapeutas sistêmicos consideram ou não o gênero como contexto. Observa que um grande número de terapeutas familiares, ao incluírem o gênero como variável do contexto, ficam surpresos por constatarem que suas próprias reações são diferentes frente às atitudes de homens e mulheres, na consulta. Ela constata que a forma de tratar as expectativas de cada sujeito, bem como a própria atitude do terapeuta, modifica-se, quando o discurso é pronunciado por um homem ou por uma mulher.

Pines, Gat e Tal (2002), em pesquisa realizada com trinta casais durante a fase de negociações do processo de divórcio, por meio da mediação familiar, obtiveram, dentre outras, conclusões indicativas de que os homens utilizam mais argumentos legais, enquanto as mulheres utilizam mais argumentos relacionais, em suas negociações. Os autores informam a existência de apenas doze pesquisas, na última década, sobre as diferenças de gênero quanto à forma de negociação, em situações de divórcio mediado, apesar de relevância do tema.

Os estudos de mediação, ao enfatizarem a imparcialidade dos mediadores, em relação aos mediandos, com o objetivo de não favorecer um ou outro, tornam necessária uma constante reavaliação das transações interpessoais originadas no processo de mediação.

Os mediadores familiares são, sobretudo, homens e mulheres formados para estar atentos às famílias, sejam quais forem [...], atentos a tudo o que compõe sua vida, a tudo o que pode melhorar seu modo de existência, atentos, ao mesmo tempo, a tudo o que pode desequilibrá-las ou destruí-las. (SIX, 1997, p.55)

3 PROBLEMA

A partir da revisão da literatura sobre gênero e mediação familiar, foi elaborado o seguinte problema:

De que forma as relações de gênero são percebidas pelos(as) mediadores(as) e até que ponto elas interferem no trabalho de mediação familiar?

4 QUESTÕES NORTEADORAS

Na busca de respostas para o problema de pesquisa, elaboramos algumas questões para orientar o trabalho:

- O(a) mediador(a) percebe as relações de gênero dos mediandos, de modo diferente, conforme o seu próprio gênero?
- É possível identificar uma aliança entre o(a) mediador(a) e o mediando do mesmo gênero?

- A interferência das relações de gênero no processo de mediação familiar podem alterar a imparcialidade do(a) mediador(a)?
- O(a) mediador(a) tem ou não consciência dos estereótipos de gênero?
- Em relação à submissão, o(a) mediador(a) reconhece a superioridade masculina?
- O(a) mediador(a) percebe que as relações de gênero são, na verdade, relações de poder?

5 OBJETIVOS

5.1 Geral

Pesquisar se as relações de gênero interferem no trabalho dos(as) mediadores(as) no processo de mediação familiar.

5.2 Específicos

- Identificar que tipos de conflitos relacionados a gênero são percebidos pelos(as) mediadores(as) nas demandas por mediação familiar;
- Verificar se ocorrem diferenças de percepção das relações de gênero, a partir do gênero do(a) mediador(a);
- Investigar como o(a) mediador(a) trabalha com as questões de gênero, nas diferentes situações surgidas em atendimentos efetuados.

6 MÉTODO

6.1 Delineamento

O estudo proposto terá um caráter exploratório descritivo, de cunho qualitativo.

6.2 Participantes

Os participantes serão constituídos por mediadores e mediadoras - advogados, psicólogos e assistentes sociais² -, que realizam suas atividades profissionais em Porto Alegre e região metropolitana. A escolha será feita por conveniência, por meio de indicação de pessoas conhecidas na área. A intenção é formar um *corpus* o mais abrangente possível, com relação às diferenciações dos sujeitos. O número inicial de entrevistas previsto é de seis, podendo aumentar, caso não seja conseguida a saturação dos dados. Parte-se do princípio de que, como ensina Gaskell e Bauer (2002, p.485): “Uma boa distribuição de poucas entrevistas [...] tem prioridade sobre o número absoluto de entrevistas [...] no corpus.”

6.3 Procedimentos para a coleta de dados

A partir de pessoas conhecidas na área da mediação familiar, será solicitada a participação das mesmas na pesquisa o que será explicado em detalhes. Após a aquiescência na participação, será agendada entrevista temática em profundidade. Neste momento, serão retomadas as tratativas, com respeito aos objetivos da pesquisa. Será realizada a leitura e assinatura do Consentimento Livre e Esclarecido, e garantido o anonimato e o caráter

² Este recorte profissional observa as áreas de atuação que predominam no trabalho de mediação familiar.

confidencial do que for falado e gravado. No final da entrevista, será solicitada a indicação de outros(as) mediadores(as) que possam ser contatados, o que reiniciará o procedimento descrito. Os eixos temáticos das entrevistas deverão levar em conta as questões norteadoras, buscando os significados que os(as) mediadores(as) conferem ao problema que está sendo investigado.

7 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise de conteúdo de Lawrence Bardin (1991) foi escolhida para o tratamento dos dados obtidos nesta pesquisa. A proposta, a partir da técnica, é justamente, procurar desvendar o sentido das palavras dos(as) mediadores(as), durante as entrevistas temáticas de profundidade. Assim, a intenção é buscar, com base no referencial sistêmico, nos estudos de gênero e de mediação, os significados explícitos e implícitos de suas falas, considerando o que pensam, sentem e valorizam, quanto às questões de gênero.

A autora explica que esta técnica precisa ser continuamente reinventada, conforme os objetivos pretendidos. Ela define o funcionamento e objetivo da análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 1991, p. 42).

Neste sentido, é necessário que o pesquisador seja cuidadoso na criação de um sistema de regras que permita compreender as mensagens analisadas. Isto pode ser feito, através de deduções lógicas em função da questão que ele busca responder. Deste modo, a pergunta “De que forma as relações de gênero são percebidas pelos (as) mediadores(as) e até que ponto elas

interferem no trabalho de mediação familiar?” permitirá, a partir de uma série de inferências do que for dito pelos sujeitos durante as entrevistas, fazer deduções lógicas que proporcionarão a obtenção de dados que permitam realizar uma interpretação final fundamentada.

No conjunto de técnicas de análise de conteúdo, a análise por categorias é a mais utilizada na prática. Trata-se de operações de desmembramento do texto em unidades e, após, de estabelecimento de categorias, segundo reagrupamento analógico.

Em princípio, o surgimento das categorias decorrerá dos significados manifestadas pelos(as) mediadores(as), a partir das questões de gênero, trazidas pelos mediandos. Entre elas, poderão estar os seguintes temas: estereótipos de masculino e feminino; o poder nas relações de gênero; submissão e dependência; preconceitos e outros tipos de conflitos que surgem nas relações familiares que estão sendo mediadas.

As categorias, segundo Bardin (1991, p. 117) são: “[...] classes as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico, [...] em razão dos caracteres comuns desses elementos.” A categorização é um processo que comporta duas etapas: o inventário de elementos e a classificação, quando se promove a organização das mensagens.

Após a categorização, os dados passarão por uma análise interpretativa, visando à realização de inferências pertinentes às questões norteadoras do problema de pesquisa. “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 1991, p. 101).

A escolha da técnica parece adequada, em função de seu caráter sistemático, que possibilita a compreensão dos dados, em sua complexidade. Igualmente, existe a flexibilidade de adequação deste tipo de análise, às características intrínsecas ao problema que está sendo proposto.

9 ORÇAMENTO DO PROJETO

TÍTULO DA PESQUISA:

Relações de Gênero no Trabalho de Mediação Familiar

Itens a serem financiados		Valor	Valor	Fonte Viabilizadora
Especificações	Quantidade	Unitário R\$	Total R\$	(Ver ao pé da folha)
Aquisição de livros	20	30,00	600,00	4
Realização de cópias	500	0,10	50,00	4
Fitas para gravação das entrevistas	10	3,00	30,00	4
Pilhas	20	4,00	80,00	4
Papel ofício	1000	0,03	31,80	4
Tinta para impressora	4 cartuchos	120,00	480,00	4
Canetas	10	2,00	20,00	4
Combustível			500,00	4
Supervisão de textos			1000,00	4
Formatação			300,00	4
Impressão final			300,00	4
Encadernação		4,00	16,00	4

Pesquisadora: Stella Breitman
Matrícula / Registro: 0419530-8.

- 1- Patrocinador
- 2- Agência de Fomento (Anexar comprovante)
- 3- Serviço
- 4- Pesquisador
- 5- Outros

REFERÊNCIAS

ARENT, Marion. A crise do Macho. In: MATTOS, Flora Bojunga; ROSO, Adriane; WERBA, Graziela; STREY, Marlene Neves (Orgs.). **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BARBOSA, Águida Arruda. Comunicar é conhecer. **Boletim IBDFAM**, ano 4, n. 25, p.6, mar./abr. 2004.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, s/d., 1991.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980a.

_____. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b.

BISCOTTI, Omar. Terapia de casais: “colocar-se no lugar do outro”. **Idéias Sistêmicas**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jul./ago. 2004.

BREITMAN, Stella. Mediação familiar: uma nova proposta de encaminhamento de conflitos. **Revista do SAJU**, v. 3, n. 1, p. 9-14, 2000.

_____; PORTO, Alice. **Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz**. Porto Alegre: Criação Humana, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente**. São Paulo: Cultrix, 1995.

CORNELL, D. e BENHABIB, Seyla. **Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

GASKELL, George; BAUER, Martin W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GROENINGA, Giselle. Um outro olhar. **Boletim IBDFAM**, ano 4, n. 24, p. 7, jan./fev. 2004.

JONES, Elsa. El género del terapeuta: contribución a la construcción de significado en la terapia. **Sistemas familiares**, p. 73-80, jul. 1999.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Crítica, 1990.

MELER, Irene. La masculinidad. Diversidad y similitudes. In: BURIN, Mabel; MELER, Irene. **Varones: género y subjetividad masculina**. Barcelona, México, Buenos Aires: Paidós, s.d.

NILCHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-39, 2000.

OLIVEIRA, Mercedes. **La educación sentimental**. Barcelona: Learia, 1998.

PINES, Ayala Malach; GAT, Hamutal; TAL, Yael. Gender differences in content na style of argument between couples during divorce mediation. **Conflict Resolution Quartely**, v. 20, n. 1, p. 23-50, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, C. L. e SCHMIDT, S. P. (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

RAVAZZOLA, Cristina. As mulheres e a terapia familiar. A difícil inclusão do contexto gênero nas terapias contextuais. **Família: temas de terapia familiar e ciências sociais**, ano 5. v. 1. n. 5, p. 43-57, 1. sem. 1992.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 9ª ed. Porto: Afrontamento, 1997.

SCOTT, Joan Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, ano 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. “La querelle des femmes” no final do século XX. **Estudos Feministas**, ano 9, 2. sem. 2001.

SIX, Jean-François. **Dinâmica de la mediacion**. Barcelona, Buenos Aires: Paidós, 1997.

STOLLER, Robert J. **Sex and gender**. New York: Science House, 1968.

STREY, Marlene et. al. **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

_____. A mulher, seu trabalho, a família e os conflitos. In: STREY, Marlene (Org.) **Mulher, estudos de gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Sexo, gênero e personalidade**. Programa da Disciplina. Pontifícia Universidade Católica. Porto Alegre. Curso de Mestrado em Psicologia Social, mar. 2004.

_____; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. **Pensamento sistêmico: o novo Paradigma da Ciência**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

COMITE DE ÉTICA



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP - PUCRS



Ofício nº 995/04-CEP

Porto Alegre, 17 de dezembro de 2004.

Senhor(a) Pesquisador(a)

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa intitulado: "Relações de gênero no trabalho de mediação familiar".

Sua investigação está autorizada a partir da presente data.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Délio José Kipper
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

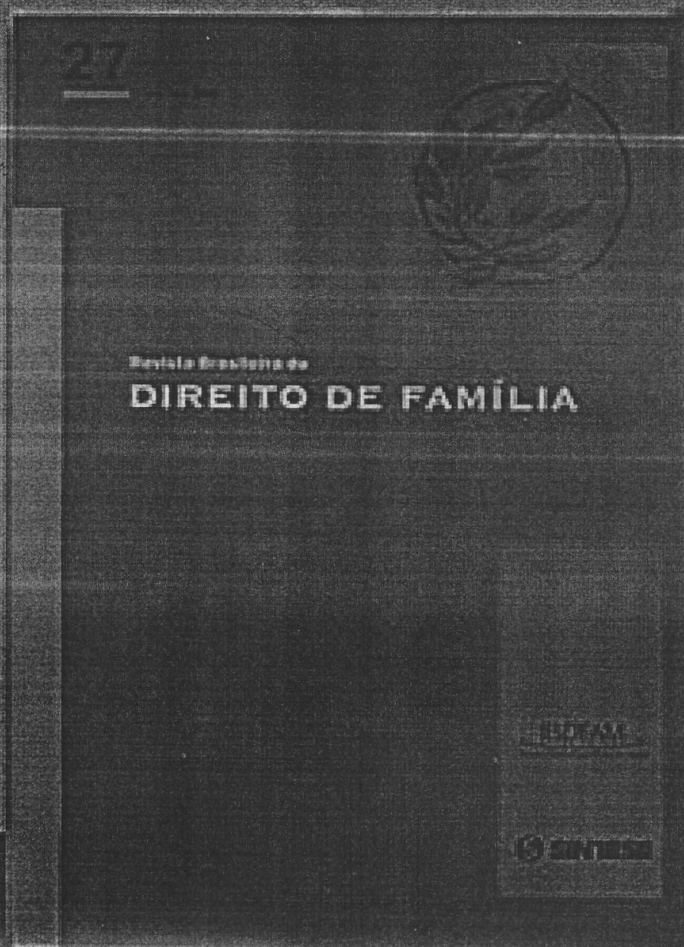
Ilmo(a) Sr(a)
Mest Stella Galbinski Breitman
N/Universidade

Artigo Teórico

Gênero e Mediação Familiar: Uma Interface Teórica

Stella Breitman

Marlene Neves Strey



Gênero e Mediação Familiar: uma Interface Teórica

Stella Galbinski Breitman

Psicóloga, Mediadora Familiar, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade /PUCRS.

Marlene Neves Strey

Professora Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PUCRS. Pesquisadora CNPq.

Resumo

O presente texto discute as questões e conceitos de gênero e mediação familiar, considerando suas implicações nas relações de casais heterossexuais, em crise de separação e divórcio. A proposta é contribuir para compreender as transformações ocorridas nas relações de gênero e, como consequência, o “lugar” ocupado pelos integrantes dos casais, na sociedade atual. Parte do pressuposto de que a mediação é uma das formas mais adequadas de intervenção em conflitos, que vem sendo utilizada em vários âmbitos. Neste sentido, sinaliza para o fato de que a interface entre gênero e mediação é fundamental, quando se trata de discutir as relações familiares e de casais, na contemporaneidade. Essas questões são vistas sob o enfoque do Pensamento Sistêmico, já que se considera a complexidade, a intersubjetividade e a instabilidade das configurações vinculares, que caracterizam os laços e nós dos conflitos familiares.

Palavras-chave: mediação, gênero, relações, família, pensamento sistêmico.

Gender and Family Mediation: a Theoretical Interface

Abstract

The present text is aimed at discussing issues and concepts related to gender and family mediation, considering their implications to relationships between heterosexual couples undergoing a crisis or divorce situation. The idea is to contribute to understanding the changes that have taken place in gender relations

and, as a result, the “role” played by both men and women as members of those couples in today’s society. It starts from the assumption that mediation is one of the most suitable forms for intervention in conflict, which has been used in several domains. Therefore, it points to the fact that the interface between gender and mediation is crucial when we debate family and couple relationships in current times. Those issues are seen from the point of view of Systemic Thinking, since it considers complexity, intersubjectivity, and instability in bond configurations that characterize the ties and issues of family conflicts.

Key words: mediation, gender, relationships, family, systemic thinking.

Considerações Iniciais

Os saberes relacionados às questões de gênero e mediação familiar têm avançado, de modo relevante, desde o final do século passado. Percebemos, no entanto, que existe um hiato teórico na discussão da interface destes temas. A proposta, então, é realizar esta intersecção, focando o estudo em uma reflexão teórica sobre as relações entre homens e mulheres, nas situações de mediação familiar. O ponto de partida deste texto é a inquietude, diante das transformações no cenário das relações familiares, pertinentes às crises de separação ou divórcio, envolvendo casais heterossexuais.

Entendemos, então, que a interface entre gênero e mediação constitui um sistema complexo, com múltiplas pistas a serem trilhadas. Destacamos, neste sentido, a necessidade de propiciar maior visibilidade às questões de gênero, até então um pouco negligenciadas, na prática e na docência de Mediação Familiar. Esta necessidade se evidencia na contemporaneidade, diante do desafio da abordagem dos aspectos relacionais, de modo igualitário entre os gêneros, nos mais diversos campos de ação. Entre os principais objetivos de desenvolvimento da ONU, por exemplo, até 2015, está o de promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia da mulher, o que confirma a relevância destas reflexões (ONU, 2005).

Hoje, no Brasil, cada vez mais, se fala em mediação de conflitos. Amplia-se o número de pessoas interessadas no tema. Advogados(as), assistentes sociais, médicos(as) e psicólogos(as) têm procurado capacitação na área. Alguns magistrados(as) buscam conhecimento desta prática, para melhor lidar com o drama humano, em seus julgamentos. A mediação alcança espaços, desde o âmbito dos conflitos familiares, aos conflitos entre nações, embora ainda não seja uma profissão regulamentada em nosso país. BARBOSA (2003) relata que, em busca de um conhecimento que abrangesse uma ótica interdisciplinar, um grupo de

pesquisadores(as) brasileiros(as) propôs, de forma pioneira, no Brasil, um Projeto de Lei que institui a mediação familiar. Segundo a autora, a mediação é uma prática social consolidada por três fundamentos: respeito à lei, respeito ao outro e respeito a si próprio. Além de deter uma natureza interdisciplinar, possibilita a construção de uma mentalidade transdisciplinar. Trata-se de um recurso importante de gestão de conflitos, frente às problemáticas emergentes, no cenário político, econômico, social, histórico, científico, cultural e familiar, em que o casamento, a família e as instituições sofreram e sofrem mudanças substanciais.

Nesse contexto, os Estudos de Mediação Familiar (BUSH e FOLGER, 1996; SLAIKEU, 1996; HAYNES e MARODIN, 1996; SIX, 1997; CÁRDENAS, 1999; BREITMAN e PORTO, 2001; BARBOSA, 2003) têm a capacidade de promover a cooperação entre as diferentes áreas do conhecimento, relacionadas à formação dos(as) mediadores(as). Situam-se além das fronteiras de cada um desses distintos saberes, não sendo a mediação prerrogativa de psicólogos ou advogados, dentre outros profissionais, mas um conjunto de aptidões, que trazem, em si, uma função social.

Assim, ao realizar este estudo, partimos de uma fundamentação epistemológica com base no Pensamento Sistêmico, tanto para a abordagem das questões de gênero, quanto para o processo de mediação familiar e, principalmente, para considerar a intersecção entre os dois campos. Esta opção epistemológica é coerente com as características da ciência contemporânea emergente, que, segundo VASCONCELLOS (2005), baseia-se nos princípios da complexidade, da instabilidade e da intersubjetividade. Trata-se de uma nova visão de mundo, cujo sentido aponta para uma maior flexibilização, na forma de olhar as relações familiares. Assumir o Pensamento Sistêmico significa considerar a multiplicidade de fatores intervenientes, o que, na mediação familiar, implica dar voz a todos, para expressarem suas opiniões pessoais, comuns ou divergentes, respeitando as diferenças.

Tanto os Estudos de Gênero quanto os Estudos de Mediação, a partir dos pressupostos sistêmicos, possibilitam a integração das contradições, promovendo saltos qualitativos, bem como a inclusão do observador – sendo todos estes aspectos imbuídos de uma dimensão ética. Como os Estudos de Gênero propõem uma nova modalidade de abordar a posição da mulher em relação ao homem, e a Mediação Familiar uma nova forma de tratar os conflitos de casais, esses dois enfoques das relações humanas têm muito em comum.

Durante longo tempo trabalhando em terapia de família e casal e mediação familiar, uma das autoras deste texto, preocupada com a ausência, quase absoluta, de discussões entre as questões de gênero e a

mediação familiar, verificou a necessidade de abordar estes temas e suas intersecções. Esta carência teórica é indicada por PINES, GAT e TAL (2002), em relato de pesquisa com casais, em processo de separação e divórcio, por meio da mediação familiar. Os autores comentam a escassez de estudos, na última década, sobre as diferenças de gênero em situações de divórcio mediado, apesar da relevância do tema.

1 Em Busca do Mapeamento das Intersecções

Mediação é um método com fundamentação teórica interdisciplinar, por meio do qual uma terceira pessoa, especificamente treinada, ajuda os(as) envolvidos(as) em um conflito a tomarem decisões de comum acordo, resgatando, assim, a responsabilidade pelas suas escolhas. Isto é possível, através da potencialização dos recursos pessoais dos mediandos – termo utilizado pelos(as) mediadores(as), quando se referem aos envolvidos(as). O gerúndio, neste caso, indica o seu envolvimento ativo no processo. O(a) mediador(a), então, não decide pelo casal, apenas orienta e, através do acompanhamento da interação, auxilia para que os envolvidos cheguem a um acordo. Vale salientar, porém, que nem sempre o acordo é o melhor encaminhamento do conflito (BREITMAN e PORTO, 2001).

Muito mais do que um acordo, a mediação preconiza o potencial de transformação das pessoas, pois representa a expressão de uma visão relacional, amparada na consideração e no respeito às diferenças. Esta visão é capaz de gerar dois efeitos importantes: a revalorização de si mesmo, do inglês “*empowerment*,” adaptado ao português como ‘empoderamento’, e o reconhecimento do outro, conforme o modelo Transformativo, de BUSH e FOLGER (1996).

A abordagem da interface entre mediação familiar e gênero precisa ser feita, a partir do reconhecimento de um campo teórico, caracterizado por diversas intersecções. Assim, é importante ressaltar a proximidade do trabalho de mediação familiar e terapia de família e casal. Segundo Breitman e Porto, (2001, p. 173), não é raro escutarmos, em uma sessão de mediação familiar: “é a primeira vez que consigo falar e ela me escutar”, ou “é a primeira vez que ele permite que eu conclua o meu pensamento”. A esse respeito, as autoras referem que, diante de conflitos familiares, nunca tratados, o simples fato de escutar e ser escutado proporciona às pessoas envolvidas uma sensação nova. Isto agrega um visível efeito terapêutico ao processo de mediação familiar.

Com propósitos diferentes, os dois tipos de trabalho – mediação e terapia – buscam manter o foco nas configurações vinculares³ do par, no padrão de seus relacionamentos e interações decorrentes. Partem da observação das mudanças que, ocorrendo em um dos membros do casal, podem afetar o outro de alguma maneira. Estudam a família e a comunidade a que os casais pertencem, bem como suas famílias de origem, os fatores relacionados à sua classe social, raça, gênero, etnia, trabalho e à sociedade em que vivem.

Os Estudos de Gênero, no entanto, são um tema que perpassa esses conhecimentos, provocando, instigando e desafiando terapeutas, mediadores(as) e a sociedade em geral. Esta discussão indica que as diferenças entre as pessoas são muito maiores do que aparentam, inclusive entre as do mesmo gênero. MACHADO (1992) considera os Estudos de Gênero um novo paradigma metodológico, porque privilegiam as relações de gênero, acima das categorias homem-mulher ou feminino-masculino. Trata-se de uma nova perspectiva de investigação no interior das humanidades, na formulação das questões de gênero, que perpassam todas as demais questões humanas. Para a autora, o importante não é o consenso de um mesmo campo teórico, mas o reconhecimento de interlocutores que acreditam que as construções sociais de gênero são mutáveis e dinâmicas.

Para SCOTT (1995), o gênero é uma categoria de análise histórica, na medida em que permite rechaçar oposições binárias, hierárquicas e naturalizadas entre os gêneros. Ela sugere um amplo questionamento sobre como aconteceram certos fatos, para descobrir o porquê da hegemonia masculina, enfatizando que o gênero é uma forma primária de relações significantes de poder, base de seu conceito.

2 Mais do que Simplesmente o Masculino e o Feminino

O gênero abrange comportamentos e atitudes de homens e mulheres, em relações de poder, que precisam ser desmistificados, quanto a posições, hierarquias e atribuições de papéis. O gênero não é apenas uma identidade ou papel, aprendidos na infância, mas um sistema institucionalizado de práticas sociais que constituem as pessoas em duas categorias, homem e mulher, organizando relações sociais desiguais, com base nessa diferença. É fundamental, no entanto, libertar o gênero do binarismo que o cerceia e que impede, talvez, a emergência e visibilidade de possíveis desvios, ou fugas de suas normas. Assim, o gênero é uma

³ O conceito de configurações vinculares refere-se à estrutura existente, quando há duas ou mais pessoas em interação. Conforme o tipo de combinação entre os vínculos emocionais, com suas respectivas variáveis, vão se constituindo distintos arranjos e configurações (ZIMERMAN, 1999; STREY e BREITMAN, 2004).

construção cultural, relacionada ao modo de ser homem e mulher, e não apenas um *cabide-corpo*, no qual são jogados artefatos culturais. Além disso, as questões de gênero devem ser entrelaçadas com as de raça, classe social e contexto histórico, para serem entendidas de melhor forma. Como outros sistemas que se caracterizam pela desigualdade, o gênero está impregnado por crenças culturais, que impõem e definem padrões de comportamento. Desse modo, não é somente um dos aspectos de uma pessoa; é o que esta pessoa faz, recorrentemente, em interação com outras pessoas. Por isso, compreender como se faz gênero possibilita uma visão mais clara das interações e dos processos de controle social (SCOTT, 1995; WEST e ZIMMERMAN, 1999; NICHOLSON, 2000; STREY, 2004; RIDGEWAY e CORRELL, 2004; PEREIRA, 2004).

BUTLER (2003) considera impossível separar o gênero das intersecções políticas e culturais que o permeiam. Segundo a autora, uma pessoa é o seu gênero, na medida em que não é o outro. Esta formulação impõe o gênero binário, legitimando a hegemonia masculina e o poder heterossexista, com o qual ela discorda. Neste sentido, ela apresenta duas suposições: se o sexo é realmente binário, nada indica que o gênero feminino deva ser construído sobre um corpo feminino ou o gênero masculino, sobre um corpo masculino. A outra suposição é que o gênero não precisa ser binário, necessariamente, mesmo que os sexos o sejam. A autora questiona, ainda, se o próprio sexo não seria culturalmente construído, assim como ocorre com o gênero. Disto, conclui-se que existem inúmeras formas de ser homem ou mulher.

Conforme STREY (2004), na medida em que homens e mulheres são diferentes em diversos aspectos, existem também diferenças de gênero, ou seja, homens e mulheres não diferem apenas no trabalho que fazem ou na quantidade de poder que exercem. Socialmente, os gêneros parecem diferenciar-se na personalidade básica, estilos, capacidades cognitivas, motivação e outros traços. Estas diferenças, muitas vezes, decorrem mais da percepção dos membros da sociedade, do que de seus próprios comportamentos. Elas se baseiam nos estereótipos de gênero, características fixas determinadas aos homens e mulheres, em função de cada gênero. As pesquisadoras RIDGEWAY e CORRELL (2004) afirmam que as crenças culturais de gênero correspondem aos estereótipos de gênero.

Um dos estereótipos mais freqüentes, nos processos de mediação familiar, é o relacionado à guarda dos(as) filhos(as), como sendo prerrogativa da mulher⁴. BRITO (2004) salienta que compreender o comportamento e as expectativas de pais e mães, sobre a guarda dos filhos(as), deve incluir os relacionamentos entre pais, mães e filhos(as), após o rompimento matrimonial. Em uma pesquisa realizada pela autora, muitos pais relataram ser difícil separar a conjugalidade da parentalidade. Neste sentido, a raiva, a mágoa do(a) ex-cônjuge pode gerar, como consequência, o distanciamento dos(as) filhos(as). Brito (2004) também ressalta que os primeiros estudos sobre a relação materno-infantil indicavam que as mulheres possuem um instinto materno e que os homens não possuem habilidades para cuidar dos filhos. Isto, segundo a autora, justificaria a concessão da guarda às mães. Nessa mesma linha de pensamento, CÁRDENAS (1999) explica que o pai e a mãe podem deixar de viver juntos, mas seguirão sendo pai e mãe para sempre. Assim, conjugalidade alude homem e mulher, e parentalidade alude pai e mãe.

COSTA (2002) identifica que existem, na atualidade, três grupos do gênero feminino: a mulher remanescente da fase de submissão ao gênero masculino; a mulher da fase da conscientização e a mulher da fase da igualdade. Essas mulheres, no entanto, pertencem a contextos distintos, com diferentes visões de mundo. Nesse enfoque, o estudo da família é prioritário, pois se trata, segundo COELHO (2005), de um espaço em que as relações de gênero são mais confrontadas. A autora lembra ainda que o modelo de família conjugal, constituído de marido, mulher e filhos(as), é hegemônico nas sociedades ocidentais. Segundo ela, as variações deste modelo decorrem das mudanças no contexto social mais amplo e da adaptação às condições de classe, etnia, necessidades e projetos individuais e comuns, que as famílias estabelecem de forma particular. Estas variações, porém, ainda não têm sido amplamente estudadas. Em pesquisa realizada por SULLIVAN (2004), são ressaltadas as transformações ocorridas na esfera pública, no que tange às questões de gênero, mas a literatura pouco aborda as relações de gênero entre casais heterossexuais, na esfera doméstica, quanto a práticas e interações diárias.

⁴ É o que pôde ser constatado, na pesquisa empírica, realizada pelas autoras, junto a um grupo de mediadores(as) de Porto Alegre (STREY e BREITMAN, 2006).

3 Papéis e Estereótipos de Gênero: uma Relação Implícita

Na contemporaneidade, as separações conjugais aumentaram, exercendo um impacto muito forte na família. Os casais tentam uma redefinição dos papéis de gênero, em relação às atribuições familiares. Segundo WEST e ZIMMERMAN (1999), historicamente, coube às mulheres o papel de mãe, esposa dedicada, “rainha do lar”, restringindo-as à função caseira e materna. Aos homens, foram atribuídos o espaço público e político, e o poder. Para os autores, o gênero de uma pessoa não é apenas um dos aspectos do que ela é, mas algo mais profundo: é o que ela faz, recorrentemente, em interação com outros. Assim, fazer gênero implica um complexo de atividades perceptivas, interativas e micropolíticas.

Investigações sobre os papéis femininos e os papéis masculinos indicam alguns pressupostos: os papéis de gênero são contraditórios e incoerentes; muitos indivíduos transgridem estes papéis; e algumas características prescritas aos papéis de gênero provocam desadaptações (HYDE, 1995). No olhar de OLIVEIRA (1998), os papéis de gênero manifestam-se através das expectativas sobre o comportamento masculino ou feminino e vão se configurando, durante o desenvolvimento das crianças, conforme o desejável para um homem ou uma mulher. Segundo a autora, serão os estereótipos, os papéis e as expectativas que determinarão as características psicológicas dos indivíduos, e não somente os traços inatos de cada sexo.

SPRECHER e TORO-MORN (2002), em pesquisa realizada, relatam que alguns escritores aludem, com humor, que homens e mulheres são de planetas diferentes. Este fato tende a universalizar os padrões de comportamento ocidentais para ambos os gêneros, criando uma perspectiva reducionista. Assim, deixa de explicar a complexidade das emoções, sentimentos e imagens que homens e mulheres têm sobre seus relacionamentos, não reconhecendo as variáveis subjetivas, sociais e culturais.

Crenças, mitos e tabus convivem com valores ocultos, gerando, em momentos de crise, sentimentos ambíguos, que aparecem durante o processo de mediação familiar. Trata-se de aspectos que precisam ser decodificados pelo(a) mediador(a), para tentar ajudar os(as) envolvidos(as) nas disputas, principalmente se os significados desses valores forem diferentes para homens e mulheres.

Para BERGER e LUCKMANN (2003), é possível falar de papéis, quando são reconhecidos tipos de indivíduos que atuam em determinado contexto. Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social, segundo padrões pré-definidos. Aprender um papel, todavia, não é simplesmente adquirir suas rotinas, mas conhecer o que ele tem de relevante, ou, em outras palavras, conferir significado. Em contrapartida,

soluções padronizadas quanto ao desempenho de papéis promoveriam reificações, como se fossem fatos da natureza.

Não restam dúvidas sobre o impacto causado por uma situação crítica, como a experiência de um divórcio litigioso, desde a escalada de tensões prévias, até a efetivação da separação, variando de acordo com os ciclos de vida do indivíduo e da família. Com frequência, no entanto, ao invés de afrontar a crise, as pessoas se confrontam, sem se darem conta de que a crise é um estado psíquico, terrivelmente doloroso. O sujeito necessita sobreviver ao período de trânsito entre um território psíquico difícil de ser tolerado e outro ainda inviável de ser habitado. Em muitos casos de separação ou divórcio, os cônjuges sentem-se como se estivessem na “terra do nada”. E quando as pessoas estão desorientadas, as contradições se tornam inevitáveis, e elas se vêem envolvidas em um cenário em que todas as opções são problemáticas (LENT, 2005; SCHNITMAN, 2005; WALSH, 2005).

Neste panorama, muitas vezes, emerge o estereótipo da fragilidade feminina, em contraponto ao da força masculina, e todo um jogo dele decorrente. GUARESCHI (2004) afirma que, às vezes, a relação de dominação é indireta. Ressalta que a desqualificação feminina, com a posterior criação do estereótipo, possibilita a expropriação da mulher, em termos econômicos, políticos, religiosos ou de qualquer outro tipo.

Ao realizar uma pesquisa sobre famílias, WAGNER (2002) constatou que a complexidade dos enredos, das configurações, estruturas, arranjos, papéis e personagens, nos mais distintos níveis sócio-econômico-culturais, adicionou ao estudo mais questionamentos do que respostas. Por sua vez, GROENINGA (2004) considera o sistema das relações familiares um conjunto de conceitos e preconceitos, idéias e ideais, sonhos e realizações, como se fosse um caleidoscópio de relações, que, mudando as posições de seus integrantes, produziria infinitas combinações.

Algumas questões levantadas por terapeutas de família e casal, em pesquisas realizadas, indicaram que é comum o(a) terapeuta “esquecer” de incluir, entre os temas que julga pertinente, o de gênero. Neste sentido, corre o risco de manter estereótipos que estigmatizam quem não cumpre com as normas de gênero. Assim, é fundamental a preocupação com o gênero do(a) terapeuta e o dos(das) pacientes, bem como o exame das diferentes percepções, reflexões, reações e intervenções, produzidas quando os(as) terapeutas consideram o gênero, ou o deixam de lado. É importante, ainda, explorar de modo positivo, as diferenças de gênero, quando se trata de assuntos que apresentam códigos distintos para homens e mulheres, como culpa,

adultério, cuidado com filhos, orçamento familiar, dependência-independência, violência doméstica e outros (RAVAZOLLA, 1992; JONES, 1999; BISCOTTI, 2004).

GOLDMAN e RIVERA (2005), em pesquisa realizada durante 420 horas de terapia de casais, observaram a linguagem feminina, procurando identificar, entre outros fatores, os que produziam o seu “*disempowerment*”. Este termo se refere ao enfraquecimento e suas desvantagens, em relação ao enriquecimento produzido pelo “*empowerment*”, entendido como ‘empoderamento’ ou potencialização. Em seu estudo, os autores encontraram cinco categorias, como aspectos principais do *disempowerment* - subalternidade, intuição, culpa, passado e processos subjetivos. A subalternidade está relacionada à obediência, às longas esperas e à manutenção de uma posição inferior na relação. Já a intuição diz respeito à capacidade de entender a importância de determinado fato, ou situação, mas não conseguir dar continuidade ao conhecimento. A culpa, por sua vez, é apresentada como um fenômeno normativo, que inclui sobrecarga de responsabilidades, excesso de exigências pessoais e raiva, pensamentos repetitivos, numa armadilha que impede a mulher de sair da situação em que está presa. Quanto ao passado, consiste na própria percepção e descrição da mulher, em um contexto abaixo de suas capacidades, bloqueando o futuro, com uma visão negativista. Por fim, os processos subjetivos significam a predominância da conexão entre a afetividade e o emocional, bem como o campo subjetivo e intersubjetivo entre as pessoas, incluindo a si própria. Desta forma, a mulher reduz ou prejudica as opções de decidir sua posição acerca dos outros, bem como diminui sua influência sobre essas conexões ou organizações.

4 Mediação Familiar: uma Escuta Diferenciada

Compreendemos que os processos de separação, divórcio e dissolução de união estável se constituem em situações complexas e críticas, apesar da sua banalização em termos estatísticos. Diante disso, a mediação mostra-se como um instrumento eficaz para gerir conflitos. Conforme LÉVESQUE (2003), a mediação é um processo de gestão de conflitos interpessoais, que visa oferecer aos protagonistas um espaço apropriado, para que possam, com a ajuda de uma terceira pessoa, tomar decisões equilibradas, que contemplem os interesses de cada um, com compromisso. Em casos de separação ou divórcio, a mediação familiar permite aos pais e mães, após a ruptura conjugal, tratar a reorganização de suas vidas, combinando a guarda dos(as) filhos e a convivência destes(as) com ambos, bem como sua manutenção.

BARBOSA (2003) observa que os vínculos afetivos geralmente se fortalecem, quando as famílias passam por crises que envolvem doença e morte, porém são seriamente abalados, na crise decorrente da ruptura da relação conjugal. Isto ocorre, principalmente, quando essa ruptura é litigiosa. A possibilidade de realizar uma separação, através do processo de mediação, corresponde ao uso de uma ferramenta capaz de promover a reorganização e a transformação do conflito, e não a sua mera pseudo-solução.

A mediação é uma intervenção que contempla homens e mulheres, não sendo viável sua realização apenas com um(a) ou outro(a). É, então, muito importante, avaliar de que forma os(as) mediadores(as) percebem as questões de gênero. Conforme o seu enquadramento perceptivo, eles(as) podem ampliar a capacidade de entendimento dos mediados - produzindo novos significados às relações de gênero - ou acrescentar ambigüidades e incertezas - travando o processo.

A mediação familiar, em matéria de separação ou divórcio, remete à questão do manejo dos conflitos e, incluindo a visão de gênero, contribui para que os casais adotem uma postura de abertura para trocas recíprocas, mesmo em situações em que isto pareça impossível. O objetivo é ajudá-los a enxergar a separação sob outros prismas, principalmente quando as situações envolvem a convivência com os(as) filhos(as). Na prática, a mediação constitui-se em um processo no qual uma terceira pessoa, colocando-se numa posição neutra e imparcial, ajuda os envolvidos a administrarem uma disputa, de maneira cooperativa, utilizando técnicas específicas de comunicação e de negociação. Neste sentido, a mediação é uma “negociação assistida” (SLAIKEU, 1996, p. 32).

5 Imparcialidade e Alianças: Questões Éticas

A imparcialidade e as alianças são aspectos da postura ética que cada mediador(a) adota, ao trabalhar com casais, em momentos de crise, quando as raivas, as mágoas e as frustrações se exacerbam, evidenciando, ainda mais, suas desigualdades de crenças, valores e expectativas de gênero. No processo de mediação familiar, podem ocorrer alianças inconscientes com o(a) mediando(a) do mesmo gênero ou com o do outro gênero, dependendo das suas experiências e percepções. A interpretação tradicional de estereótipos de gênero, bem como de papéis culturalmente atribuídos a homens e mulheres, pode levar o(a) mediador(a) a uma compreensão equivocada, ou naturalizada de certos fenômenos. Isto também é passível de ocorrer com

os(as) mediandos(as), quando estes(as) demonstram preconceitos em relação ao gênero, à raça, ou profissão de origem do(a) mediador(a).

Independentemente de sua formação de origem e gênero, o(a) mediador(a) precisa ter consciência de que sua função é ajudar o casal. Para tanto, necessita agir com muita prudência, ao questionar idéias e alternativas propostas por um(a) ou outro(a). Deve ser ativo, sem, no entanto, interferir nas decisões, favorecendo um clima de cordialidade e confiança, na relação com ambos: “não se preocupe, vou escutar primeiro seu ex-marido, e em seguida vou escutá-la,” “não se preocupe, apenas escute, isto não significa que está aceitando o que ele propõe” (BREITMAN e PORTO, 2001, p. 173).

Segundo as autoras, é fundamental que o(a) mediador(a) evite o movimento circular de acusações mútuas entre os mediandos, lembrando que, em outros momentos, eles conseguiram superar e resolver outros problemas. Não se trata de “dar conselhos”, mas de desenvolver sua capacidade de empatia e de escuta, a fim de entender o que sentiria, caso estivesse no lugar de cada um dos envolvidos. Reconhecer a dor e a discórdia entre eles e partilhar suas respectivas razões e motivos não significa deixar-se envolver emocionalmente, nem se aliar a um(a) ou outro(a). Essa postura pressupõe um trabalho pessoal de suas próprias áreas de conflito, o que permitirá manter uma distância adequada entre seus problemas, crenças, preconceitos e estereótipos de gênero, e os de seus clientes.

Se existem inúmeras formas de ser homem ou mulher, isto implica, para o(a) mediador(a), a importância de manter-se equidistante, reconhecer diferenças e assumir a posição de terceiro(a), despolarizando as posturas antagônicas dos(as) mediandos(as). Ou seja, os(as) mediadores(as) são imparciais, no sentido de não favorecerem um(a) ou outro(a), e neutros, ao não interferirem, diretamente, no tema em discussão, evitando naturalizações perigosas. Esta referência à imparcialidade e à neutralidade, no entanto, não significa excluir os(as) mediadores(as) do sistema, mas, ao contrário, ceder maior espaço aos protagonistas, que são os verdadeiros donos do conflito.

Assim sendo, a imparcialidade dos(as) mediadores(as) está intimamente ligada às relações de poder entre os gêneros, o que torna bastante complexo este trabalho, principalmente se os(as) mediadores(as) não possuírem a consciência de que relações de gênero são relações de poder. Isto evidencia a importância de cuidado, quanto aos desequilíbrios de poder durante o processo de mediação, uma vez que imparcialidade não significa nem omissão, nem indiferença.

6 Poder: Possibilidade e Domínio

É oportuna, nesse sentido, a metáfora do jogo de futebol, de BAUER, GASKELL e ALLUN (2002), em que os autores imaginam jogadores adversários, treinados, com o propósito de ganhar o jogo. Nesta situação competitiva, existem também os torcedores – que pensam e sentem, segundo uma perspectiva partidária –, o juiz e os bandeirinhas. São diferentes tipos de envolvimentos e diferentes graus de imparcialidade. O(a) mediador (a), contudo, trabalha com as possibilidades dos dois times e, por vezes, com os times-reserva, cada qual com a sua verdade. Nem sempre, entretanto, os dois times têm o mesmo grau de treinamento e habilidade, ou seja, o mesmo poder. Por isso, o(a) mediador(a) deve desconstruir tais posições de poder, ajudando a transformar necessidades opostas em interesses comuns.

Em algumas situações, embora os(as) participantes tomem uma posição ativa frente à disputa, às vezes não se orientam no rumo certo, hierarquizando alguns aspectos e negando outros. O poder, em uma relação, diz respeito ao outro, mas, se houver dominação, implica retirar capacidades e recursos deste outro. Assim, a cultura da dominação resulta em um poder assimétrico, cujo objetivo é tornar o outro dependente. Isto justifica, em muitos casos, a hegemonia do homem sobre a mulher, o que é recorrente na família (GUARESCHI, 2004; FRANCIS, 2005; SCHNITMAN, 2005).

Segundo FISHER (2005), o equilíbrio de poder entre os envolvidos na disputa é indispensável para que cada parte seja capaz de confrontar a outra, de forma construtiva. Sem paridade de poder, o processo pode transformar-se em uma farsa, na qual o mais poderoso domina a interação, em benefício próprio.

Em muitas famílias, certas combinações e arranjos, por vezes inconscientes, formam uma espécie de vínculo perverso, que estrutura as relações do casal, determinando estratégias de enfrentamento que implicam em violência. Por isso, é necessário discutir a violência de gênero, que envolve ações que submetem física ou emocionalmente as pessoas, em função de seu sexo (STREY, 2004; GROSSI, 2001).

Em mediação familiar, esta é uma das questões mais difíceis de tratar, pois os(as) mediadores(as) não podem deixar de reconhecer a violência - principalmente aquela que não deixa marcas visíveis - e, ao mesmo tempo, manter sua imparcialidade. Neste sentido, precisam assinalar, ao agressor, as conseqüências de seus atos, bem como ensinar à vítima como se defender. Por outro lado, se a violência masculina contra as mulheres fundamenta-se numa lógica de poder desigual, seria possível fazer um trabalho de mediação com um casal, cuja mulher tenha sido vítima de agressão? BARBOSA (2002) não indica a mediação, em alguns

casos muito graves, em que se mantêm os riscos de violência física ou abuso sexual. Depois de controlada a violência, no entanto, é possível promover a mediação, por esta ser capaz de oferecer uma oportunidade de compreensão e entendimento do comportamento de cada um, antecedendo e ativando a violência. Tanto o agressor quanto a vítima serão beneficiados: o agressor, pela conscientização da gravidade de seu crime, e a vítima, pelo fortalecimento de sua condição de mulher.

Muitas vezes, os mitos clássicos ajudam a entender a dinâmica familiar, pois os relatos primordiais são formas de resgatar o imaginário, sua influência no psiquismo e no conhecimento humano. Os mitos não são histórias inventadas: trata-se de narrativas que têm o objetivo de ensinar, por meio da reiteração, sem fim, de sua mensagem. Além disso, de um modo ou outro, os mitos remetem ao tema da estruturação dos gêneros, criando modelos, em que prevalecem divisões de papéis, diferenças, hierarquias e questões de poder. Podem auxiliar no entendimento dos simbolismos, sentimentos, emoções, expectativas, necessidades e interesses, envolvidos na dinâmica das relações familiares em crise. Em tais casos, a intervenção do(a) mediador(a) pode orientar, clarificar marcos e opções, facilitando o entendimento dos temas em questão, a compreensão de si e do outro, do contexto das diferenças e das possibilidades emergentes (BAUMAN, 2003; SCHNITMAN, 2005).

O mito de Eros e de Psiquê - personificação do amor e da alma - ilustra bem as relações de poder entre os gêneros (BRUNEL, 2000). O mito sublinha a condição de mulher de Psiquê, curiosa, sofredora, humilhada, servil e, por vezes, incompetente. Eros simboliza sentimentos ambivalentes e violentos, característicos do gênero masculino. Este mito mostra, principalmente, a hegemonia do homem-deus sobre a mulher-mortal. Estereótipos, normas e expectativas de gênero coexistem em nosso mundo globalizado, em que muitos homens ainda se sentem como deuses e sonham com o retorno ao Olimpo. Do ponto de vista das relações de gênero, percebemos estereótipos e clichês dos casais primordiais, inscritos nos casais da contemporaneidade.

Considerações Finais

Acreditamos ter atingido a contento o que pretendíamos: realizar uma intersecção entre os Estudos de Gênero e os de Mediação Familiar. Percorremos um caminho interdisciplinar, através de teóricos de ambas as áreas. As características inerentes à interface, no entanto, se interpõem como desafio. Percebemos

tratar-se de laços, ao mesmo tempo, intensos e tênues. Intensos, porque os estudos demonstram que a própria existência de gênero decorre de processos de relação, bem como a mediação familiar deve passar, necessariamente, pelas implicações das relações de gênero. Tênues, porque, ao longo deste trabalho, fomos percebendo que a interface teórica dos dois campos de saberes ainda não está, suficientemente, dada. Então, numa perspectiva sistêmica, observamos as imbricações, as ligações e, também, os hiatos teóricos a serem contemplados. Ainda cabe ressaltar que a interdisciplinaridade das temáticas levou a uma complexidade quase labiríntica.

Mesmo diante da complexidade, percebemos alguns aspectos que se sobressaem, como inerentes à interface. No que diz respeito à mediação, sua filosofia é a de flexibilizar a comunicação em situações de crise, que, neste texto, focou as situações de separação e divórcio em casais heterossexuais. Quando os casais conseguem, com a ajuda de um(a) terceiro(a), tornar as conversações mais produtivas, a crise pode transformar-se em uma alternativa de crescimento, mediante certas condições e concessões de ambos. Para que isto ocorra sem prejuízos, os mediadores e mediadoras devem possuir recursos e habilidades para reconhecer os diferentes aportes emocionais, envolvidos na dinâmica das diversas situações de separação e divórcio.

Entre as diferenças a serem observadas estão as das relações de gênero - foco deste texto -, protagonizando culpas, acusações, exigências descabidas, vinganças mesquinhas, utilização dos(as) filhos(as), violência, vitimizações, queixas. Enfim, os(as) mediadores(as) necessitam ter uma consciência de gênero bastante aguçada, para entender as novas modalidades de considerar a posição das mulheres em relação aos homens, nesta nova forma de tratar os conflitos de casais - a mediação familiar- sem imposições nem posicionamentos estereotipados. Nesta perspectiva, os Estudos de Gênero trazem uma grande contribuição aos de Mediação.

A interface é evidente, também, em relação à distribuição e gerenciamento do poder na relação, na atribuição de papéis, quanto à guarda dos(as) filhos(as) ou pagamento de pensão alimentícia. As questões de gênero perpassam todo o processo de mediação, mobilizando as atitudes e sentimentos dos(as) mediadores(as). Estes tentam se manter imparciais, procurando evitar alianças com um(a) ou outro(a) componente do casal, embora também tenham seus paradigmas, percepções, preconceitos, ligados a estereótipos, vivências próprias, enfim, marcados pela sua subjetividade.

Prosseguindo com nossas considerações, podemos afirmar que a mediação familiar, como uma escuta diferenciada, oferece uma nova forma de manejo de conflitos: uma maneira interdisciplinar e transformadora de perceber as relações de gênero nos casais. Um dos ganhos mais significativos em uma separação ou divórcio mediados é, justamente, o de preservar a parentalidade do ex-casal conjugal, tendo em vista a inclusão das questões de gênero, no processo de mediação familiar.

Diante do exposto, salientamos a necessidade da inclusão da disciplina de Estudos de Gênero nos cursos de Formação de Mediadores, bem como nos cursos de graduação de Psicologia, Direito e Serviço Social – que, mais frequentemente, oferecem subsídios para esta prática. Acreditamos que, assim, será possível contribuir para a criação de uma mentalidade mediadora, considerando as questões de gênero, como essenciais ao processo.

Os aportes teóricos remetem à necessidade de firmar uma interlocução construtiva entre esses dois saberes, que têm, em princípio, objetivos muito próximos, embora com uma abordagem diferenciada. Os Estudos de Gênero demonstram como as relações podem ser estabelecidas, considerando essa diversidade; os Estudos de Mediação contemplam, *a priori*, a idéia de uma intervenção, objetivando o reconhecimento de vínculos, de forma a auxiliar decisões em situações de conflitos familiares. Trata-se, portanto, de saberes complementares, interligados e, como tal, que precisam ser assim considerados, buscando uma intervenção mais eficaz e ao avanço, no sentido de incrementar possibilidades de convivência e de minimização de sofrimento, diante de casos de separação e divórcio de casais heterossexuais.

SUMÁRIO: Considerações Iniciais; 1 Em Busca do Mapeamento das Intersecções; 2 Mais do que Simplesmente o Masculino e o Feminino; 3 Papéis e Estereótipos de Gênero: uma Relação Implícita; 4 Mediação Familiar: uma Escuta Diferenciada; 5 Imparcialidade e Alianças: Questões Éticas; 6 Poder: Possibilidade e Domínio; Considerações Finais; Referências Bibliográficas.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Águida Arruda. Mediação familiar: instrumento transdisciplinar em prol da transformação dos conflitos decorrentes das relações jurídicas controversas. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. Os limites da mediação. *Boletim IBDFAM*, Belo Horizonte, ano 2, n. 12, p. 4, nov./dez. 2002.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George e ALLUN, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 17-29.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BISCOTTI, Omar. Terapia de casais: colocar-se no lugar do outro. *Idéias Sistêmicas*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 7-14, jul./ago. 2004.

BREITMAN, Stella. A Mediação Familiar: um recurso para o manejo de conflitos familiares: levantamento de sessenta casos na esfera judiciária. 2002. Trabalho apresentado no 5.º Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, Salvador, 2002.

_____; PORTO, Alice. *Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz*. Porto Alegre: Criação Humana, 2001.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Guarda conjunta: conceitos, preconceitos e prática no consenso e no litígio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, 4., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 355-367.

BRUNEL, Pierre (Org.). *Dicionário de mitos literários*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

BUSH, R. A. Baruch; FOLGER, J. P. *La promesa de mediación*. Barcelona/Buenos Aires: Granica/Lavalle, 1996.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÁRDENAS, Eduardo José. *Violencia en la pareja: intervenciones para la paz desde la paz*. Buenos Aires: Granica, 1999.

COELHO, Sônia Vieira. Abordagens psicossociais da família. In: AUN, Juliana G.; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de; COELHO, Sônia Vieira. *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: v. 1 – Fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Ophicina da Arte e Prosa, 2005. p. 143-224.

COSTA, Maria Aracy Menezes da. Pensão alimentícia entre cônjuges e o conceito de necessidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, 3., 2002, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, 2002, p. 195-225.

FISHER, Ronald J. Methods of Third-Party Intervention. *Berghof Handbook for conflict transformation*. Berlin, April 2001. Disponível em: <http://www.berghof-handbook.net/articles/fisher_hb.pdf>. Acesso em 24 set. 2005.

FRANCIS, Diane. Culture, Power asymmetries and gender in conflict transformation. *Berghof Handbook for conflict transformation*. Berlin. Disponível em: <http://www.berghof-handbook.net/articles/francis_handbook.pdf>. Acesso em 16 maio 2005.

GOLDMAN, Ana Elda; RIVERA, Rubén Celis. Social construction of female identity: a research model for women's empowerment. Paper presented in The International Conference on Family Therapy: Politics, Community and Clinical Practice, Washington, 2005.

GROENINGA, Giselle. Um outro olhar. *Boletim IBDFAM*, Belo Horizonte, ano 4, n. 24, p. 7, jan./fev. 2004.

GROSSI, Patrícia Krieger. Nem com uma flor: reflexões sobre abordagens com grupo de homens agressores. In: GROSSI, P. K.; WERBA, G. C. (Orgs.). *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 195-214.

GUARESCHI, Pedrinho. *Psicologia social crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HAYNES, John M.; MARODIN, Marilene. *Fundamentos da mediação familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.

HYDE, Janet Sh. *Psicologia de la mujer: la otra mitad de la experiencia humana*. Madrid: Morata, 1995.

JONES, Elsa. El género del terapeuta: contribución a la construcción de significado en la terapia. *Sistemas Familiares*, Buenos Aires, ano 15, n. 2, p.73-80, jul. 1999.

KOLLER, Sílvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Famílias, gêneros e violências: desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires (Org.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, v. 2, p. 149-176.

LENT, Carmen Felicitas. Crisis: discontinuidad y migración psíquica. *Sistemas Familiares*, Buenos Aires, ano 21, n. 1-2, p. 20-28, 2005.

LÉVESQUE, Justin. La pratique de la médiation familiale au Québec. 2003. Trabalho apresentado no 1.º Seminário Internacional de Família, Infância e Juventude, Florianópolis, 2003. (mimeo).

MACHADO, L. Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 24-38.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-39, 2000.

OLIVEIRA, Mercedes. El sistema sexo-género. Una perspectiva para la educación sentimental. In: _____. *La educación sentimental: una propuesta para adolescentes*. Barcelona: Icaria, 1998. p. 61-111.

ONU. Objetivos de la ONU para el milênio. *Las Naciones Unidas*, 2005. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/millenniumgoals>>. Acesso em 7 jul. 2005.

PEREIRA, Verbena Laranjeira. Gênero: dilemas de um conceito. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (Orgs.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 173-198.

PINES, Ayala Malach; GAT, Hamutal; TAL, Yael. Gender differences in content and style of argument between couples during divorce mediation. *Conflict Resolution Quarterly*, v. 20, n. 1, p. 23-50, 2002.

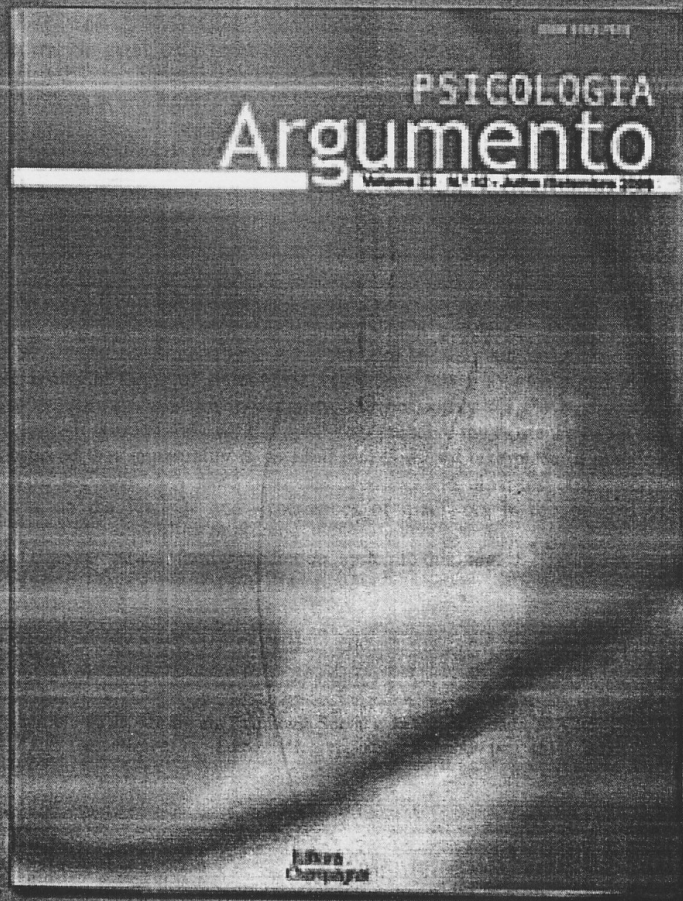
RAVAZZOLA, Cristina. As mulheres e a terapia familiar: a difícil inclusão do contexto gênero nas terapias contextuais. *Família: temas de terapia familiar e ciências sociais*, ano 5, n. 5, p. 43-57, 1. sem. 1992.

- RIDGEWAY, Cecília L.; CORRELL, Shelley J. Unpacking the gender system - a theoretical perspective on gender beliefs and social relations. *Gender & Society*, v. 18, n. 4, p. 510-531, Aug. 2004.
- SCHNITMAN, Dora Fried. Afrontamiento de crisis y conflictos: una perspectiva generativa. *Sistemas Familiares*, Buenos Aires, ano 21, n. 1-2, p. 98-118, 2005.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, ano 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SIX, Jean-François. *Dinâmica de la mediacion*. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 1997.
- SLAIKEU, Carl A. *Para que la sangre no llegue al río: una guía práctica para resolver conflictos*. Buenos Aires: Granica, 1996.
- SPRECHER, Susan; TORO-MORN, Maura. A study of men and woman from different sides of earth to determine if men are from Mars and women are from Vênus in their beliefs about love and romantic relationships. *Sex Roles: a journal of research*, v. 46, n. 5/6, p. 131-147, Mar. 2002.
- STREY, Marlene Neves; BREITMAN, Stella. Configurações vinculares de casais em crise: intersecção com a mediação transformativa. In: CONGRESO DE LA FEDERACIÓN LATINOAMERICANA DE PSICOTERAPIA ANALÍTICA DE GRUPO, 16., y CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN MEXICANA DE PSICOTERAPIA ANALÍTICA DE GRUPO – EL IMAGINARIO EM LOS VÍNCULOS, EN EL INDIVIDUO, LA PAREJA, LA FAMILIA, EL GRUPO, LAS INSTITUICIONES Y EM LA SOCIEDAD, 10., 2004, Guadalajara. *Anais...* Guadalajara, México: FIAPAG/AMPAG, 2004. 1 CD-ROM.
- _____. Questões de gênero: com a palavra, mediadores e mediadoras. In: BREITMAN, Stella Galbinski. *As tramas de gênero no processo de mediação familiar: um estudo sobre as percepções e atitudes de mediadores e mediadoras*. 2005. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social e da Personalidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- STREY, Marlene Neves. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In: _____; AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- SULLIVAN, Oriel. Changing gender practices within the household: a theoretical perspective. *Gender & Society*, Austin - USA, v. 18, n. 2, p. 207-222, April 2004.
- VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. Epistemologia sistêmica: pensamento sistêmico novo-paradigmático. In: AUN, Juliana G.; VASCONCELLOS, Maria José E. de; COELHO, Sônia Vieira. *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: v. 1 – Fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Oficina da Arte e Prosa, 2005. p. 73-141.
- _____. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- WAGNER, Adriana (ed.). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- WALSH, Froma. Resiliencia familiar: un marco de trabajo para la práctica clínica. *Sistemas Familiares*, Buenos Aires, ano 21, n. 1-2, p. 76-97, 2005.
- WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. Haciendo gênero. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catherine R. *Sexualidad, gênero y roles sexuales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1999.
- ZIMMERMAN, David Epelbaum. *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Artigo Empírico

Questões de Gênero: Com a palavra, Mediadores e Mediadoras

Stella Breitman
Marlene Neves Strey



QUESTÕES DE GÊNERO: COM A PALAVRA, MEDIADORES E MEDIADORAS

Gender Issues: the Mediators Speak

Stella Galbinski Breitman⁵

Marlene Neves Strey

Resumo

O presente artigo propõe-se a apresentar os resultados empíricos de um estudo sobre as questões de gênero, em processos de mediação familiar, envolvendo casais heterossexuais em casos de separação ou divórcio. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. O método foi a análise de conteúdo. A partir da fragmentação, as unidades de análise foram reagrupadas, gradativamente, em unidades de sentido, que deram origem às categorias, conforme a sua relevância, de acordo com os objetivos propostos. Desse processo, emergiram duas categorias principais: a percepção dos(as) mediadores(as) quanto às questões de gênero, no que diz respeito a estereótipos, papéis e relações de poder; e a atitude profissional dos(as) mediadores(as), em relação às questões de gênero, quanto à imparcialidade, à possibilidade de surgimento de alianças e os seus sentimentos e vivências. Os resultados apontam que os mediadores percebem a existência de vários estereótipos de gênero, relacionados à guarda dos(as) filhos(as), fragilidade, dependência, traição, posição queixosa, sensibilidade, objetividade, natureza, cultura e violência. Observou-se, ainda, que a imparcialidade é um ideal, mas, na prática não é isto que ocorre. No geral, os(as) mediadores(as) demonstram diferenças no modo como tratam o homem ou a mulher, conforme o seu próprio gênero, e, em função disso, verifica-se, eventualmente, o surgimento de alianças. Houve, também, a emergência de dados referentes aos sentimentos e vivências dos(as) mediadores(as), no processo de mediação familiar de casais heterossexuais, em fase de separação ou divórcio.

Palavras-chave: questões de gênero, mediação familiar, pensamento sistêmico.

Abstract

The present article is aimed at presenting the results of a study on gender issues in processes of family mediation involving heterosexual couples in cases of separation or divorce. It is an exploratory qualitative research study. The method chosen to work on empirical data was content analysis. After fragmentation, units of analysis were gradually regrouped as meaning units, which generated categories based on their relevance, according to the objectives proposed. The process gave rise to two main categories: the perception of mediators regarding gender issues in terms of stereotypes, roles, and power relations; and the mediators' professional attitude regarding gender issues about impartiality, the possibility for the emergence of alliances, and their feeling and experiences. Results indicate that mediators perceive the existence of several gender stereotypes. It had also been observed that impartiality is an ideal that does not take place in practice. In general, mediators show differences in the way they treat men and women, and alliances also emerge. There was also the emergence of data on the feelings and experiences of mediators in the process of family mediation of heterosexual couples under separation or divorce.

Key words: gender issues, family mediation, systemic thinking.

⁵ Psicóloga, Mediadora Familiar, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade /PUCRS. Rua Lucas de Oliveira, 655/801 - Mont-Serrat. CEP: 90440-010 - Porto Alegre, RS. Fone(s)/fax: (51) 3330.7874/ 3395.2269. E-mail: stellabreitman@terra.com.br

**QUESTÕES DE GÊNERO:
COM A PALAVRA, MEDIADORES E MEDIADORAS**
Gender Issues: the Mediators Speak

Introdução

Os atravessamentos das relações de gênero nos processos de mediação familiar, que envolvem conflitos de separação ou divórcio, entre casais heterossexuais, são abordados, neste artigo, sob a ótica de mediadores e mediadoras. Acreditamos que esta perspectiva deve ser realçada, possibilitando a escuta de todas as vozes envolvidas no processo de Mediação Familiar, com paridade. Apresentamos, neste sentido, os dados obtidos em entrevistas com mediadores(as) que trabalham em Porto Alegre (RS). Estes dados foram submetidos, posteriormente, à análise de conteúdo, e trabalhados, a partir de duas grandes categorias: a percepção e a atitude profissional dos(as) mediadores(as), em relação às questões de gênero. O objetivo foi analisar as questões de gênero no processo de mediação, por meio das falas dos(as) mediadores(as), com base nos Estudos de Mediação Familiar, nos Estudos de Gênero, sob o enfoque do Pensamento Sistêmico.

Os pressupostos sistêmicos – complexidade, intersubjetividade e instabilidade – constituem uma nova visão de mundo, cujo sentido aponta para uma maior flexibilização na forma de ver as relações familiares. Este posicionamento permite não nos atermos a um único modelo teórico, mas reconhecermos e utilizarmos a própria experiência e intuição (Vasconcellos, 2005).

A mediação é um método com fundamentação teórica interdisciplinar, por meio do qual uma pessoa, especificamente capacitada e treinada, ajuda os(as) envolvidos(as) em um conflito a potencializarem suas capacidades pessoais, a fim de tomarem decisões equilibradas, assumindo a responsabilidade pelas suas escolhas (Haynes & Marodin 1996; Bush & Folger, 1996; Six, 1997; Cárdenas, 1999; Breitman e Porto, 2001; Barbosa, 2003).

De acordo com Breitman e Marodin (2002), a mediação é uma intervenção cuja aplicabilidade ocorre em diferentes âmbitos. No âmbito familiar, possibilita que as relações sejam preservadas, evitando o esfacelamento dos vínculos. Entre as possibilidades de mediação em disputas familiares, as situações de separação e divórcio são as mais recorrentes, envolvendo, principalmente, a guarda dos filhos(as), visitas, pensão alimentícia e partilha de bens.

Os Estudos de Gênero abordam a complexidade dos aspectos relacionados às diferenças entre as pessoas, de gênero diferente e do mesmo gênero. Mais do que simplesmente masculino e feminino, o gênero abrange comportamentos e atitudes de homens e mulheres, que precisam ser desmistificados, repensados e reavaliados. Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual. Um dos traços que caracteriza os Estudos de Gênero é o seu caráter relacional. Isto significa que um gênero sempre é referido em relação ao outro (Scott, 1995; Burin, 2004; Strey, 1997, 2001, 2004; Pereira, 2004).

Os Estudos de Gênero propõem um novo modo de abordar as relações entre homens e mulheres, e os de Mediação Familiar, uma nova forma de tratar os conflitos, o que indica que ambos têm muitas coisas em comum. Nestas duas perspectivas, é evidenciada a importância de considerar esses fenômenos, através dos pressupostos do Pensamento Sistêmico.

Método

A decisão de realizar uma investigação qualitativa deveu-se ao fato de esta ser uma pesquisa apoiada em dados sociais, construídos por meio de um processo de comunicação informal. De acordo com Bardin (1991), a análise qualitativa é mais intuitiva, maleável e adaptável aos imprevistos. Além disso, pode funcionar com *corpus* reduzidos. Ao definirmos o método, optamos por um delineamento de caráter exploratório, de acordo com o objetivo do estudo.

No que diz respeito aos participantes, decidimos considerar o mesmo número de mediadores e mediadoras, para manter o equilíbrio entre os gêneros. A escolha dos(as) entrevistados(as) ocorreu por conveniência, através de indicação de pessoas conhecidas na área. O primeiro entrevistado foi escolhido pela pesquisadora, segundo os critérios definidos. Depois disso, cada entrevistado(a) indicava um(a) colega, reiniciando-se o processo a cada entrevista. Esta técnica é denominada *snowball sampling* (amostragem por “bola de neve”), sendo considerada adequada para pessoas que se conhecem entre si (Cechin, 2005). Todos(as) tem um perfil homogêneo, pois, embora em áreas diversas, são profissionais de nível superior, com formação e treinamento específico em mediação familiar. Têm experiência nesta área, que oscila entre cinco e 12 anos, formando um *corpus* representativo. A idade dos(as) participantes variou de 30 a 46 anos, entre o gênero masculino, e de 42 a 54 anos, no gênero feminino. Neste texto, os pesquisados estão referidos(as) por pseudônimos, para preservar sua identidade.

A coleta, realizada por uma das autoras, envolveu oito entrevistas temáticas, de profundidade, não diretivas. A proposta era que cada uma fosse singular e original, mas, ao mesmo tempo, comparável às outras, de acordo com os objetivos (Bardin, 1991). O procedimento iniciava com uma pergunta, igual para todos(as) participantes: “Como você percebe as questões de gênero nos casais heterossexuais em crise, que buscam atendimento em mediação familiar?”. Durante o restante do tempo, em torno de uma hora, a entrevistadora introduzia pistas sobre o tema proposto, de acordo com as questões norteadoras. São elas: “O(a) mediador(a) percebe as relações de gênero dos mediandos, conforme seu próprio gênero?”; “O(a) mediador(a) tem ou não consciência dos estereótipos de gênero?”; “O(a) mediador(a) percebe que as relações de gênero são relações de poder?”; “É possível identificar alianças entre o mediador(a) e o mediando do mesmo gênero ou do gênero oposto?”; “A interferência das relações de gênero, no processo de mediação familiar, pode alterar a imparcialidade do mediador(a)?”.

As entrevistas foram gravadas, com o consentimento prévio de cada participante, que também assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Escolhemos a análise de conteúdo de Bardin (1991), como metodologia para o tratamento dos dados obtidos na pesquisa. A autora explica a análise de conteúdo como a busca de conhecer o que está por trás das palavras, levando o pesquisador a encontrar o escondido, o latente, o não dito.

Procuramos, então, os significados explícitos e implícitos das falas dos(as) mediadores(as), considerando o que pensam, percebem e valorizam sobre as questões de gênero, para tentar responder o problema da pesquisa: “Como as relações de gênero são percebidas pelos(as) mediadores(as) e até que ponto esta percepção interfere no trabalho de mediação familiar?”

Resultados e Discussão

A análise de conteúdo iniciou com uma leitura intuitiva do *corpus*, considerando os objetivos e questões norteadoras. A seguir, as entrevistas foram fragmentadas em unidades de sentido, de acordo com a fala de cada participante. Quanto ao tratamento dos resultados, buscamos as unidades de registro encontradas nas oito entrevistas, reunindo-as em agrupamentos comuns, denominados categorias. Inicialmente classificamos as categorias por letras maiúsculas de A até L. Então, foram feitos reagrupamentos, pertinentes e válidos, que resultaram em duas categorias, divididas em três subcategorias.

A apresentação dos dados está orientada pelas duas grandes categorias: a percepção dos(as) mediadores(as), quanto às questões de gênero e a atitude profissional dos(as) mediadores(as), quanto às questões de gênero. A primeira categoria é composta por três subcategorias: estereótipos de gênero, papéis de gênero e relações de poder. A segunda categoria, igualmente, é constituída por três subcategorias: alianças, imparcialidade e sentimentos e vivências emergentes dos(as) mediadores(as), no processo de mediação familiar.

Primeira Categoria: Percepções dos(as) Mediadores(as), quanto às Questões de Gênero

Inicialmente, salientamos que percepção envolve não só como o indivíduo percebe o mundo exterior, mas também como percebe a si próprio, ou seja, as suas representações de mundo e o seu sentimento de identidade (Zimmerman, 2001). Neste sentido, apareceram, na pesquisa, estereótipos de gênero, situando homens e mulheres em posições antagônicas, ou não, em aspectos tais como: guarda dos filhos, fragilidade, dependência, traição, posição queixosa, sensibilidade, objetividade, natureza, cultura e violência. Oliveira (1998) define estereótipo de gênero como o conjunto de crenças familiares e sociais, profundamente internalizadas, que definem a masculinidade e a feminilidade, refletindo as expectativas dos pais e das mães, sobre como ser homem ou mulher. Estereótipo é uma forma de dominação na qual alguém cria “qualidades tidas como negativas ou pejorativas, com o fim de expropriar poderes de outros” (Guareschi, 2004, p. 94). Assim, podemos pensar o estereótipo como a causa e a consequência do preconceito (Cechin, 2005).

A guarda dos filhos(as) é um tema recorrente entre os(as) entrevistados(as). Trata-se de uma questão central, no processo de Mediação⁶. O estereótipo, neste caso, relaciona-se à compreensão de que, em separações e divórcios, os(as) filhos(as) devem ficar com a mãe, embora nem todos(as) os(as) mediadores(as) pesquisados concordem com esta lógica. Roberta, 53 anos, lembra que as pessoas justificam essa tendência da seguinte maneira: “Porque é mãe! Porque é mulher! Ela tem mais afinidade para este papel”. Para a mediadora, “a questão cultural de ser mulher, de ser mãe, de ‘ter que se desdobrar fibra por fibra’, é uma situação hipócrita, quase uma anulação para a mulher”. Para Mateus, 42 anos, embora muitos homens reivindiquem ficar com os filhos, esta ainda é uma situação incomum. Ele diz: “Talvez seja melhor eu ajudar, para que esse homem tenha mais acesso à criança, mas ela deve ficar com a mãe, principalmente se for bem pequena”.

⁶ Esta foi também uma questão emergente em pesquisa realizada, em Porto Alegre, envolvendo 60 casos na esfera judiciária. Pode-se ressaltar, ainda, a forte presença de temáticas relacionadas à guarda, como é o caso da regulamentação de visitas, alimentos e revisão de alimentos (Breitman, 2002).

Jéssica, 52 anos, argumenta: “uma mulher pode estar em um momento de vida tão complicado que prefere abdicar dos filhos, para cuidar de si mesma! Eu acho que, agora, a gente está entrando num outro estágio da história do feminino. A mulher está se colocando em primeiro lugar”. Em um caso atendido, ela percebeu que: “[o pai] dava ‘nó em pingo d’água’, para proporcionar tudo de bom para os filhos. Eu acredito que cuidar dos filhos não é mais uma prerrogativa ou obrigação da mulher”.

Lívia, 42 anos, afirma que compreende a mãe que não quer ficar com o(a) filho(a). “Eu, por exemplo, não sou uma pessoa que a maternidade seja o centro da minha vida. Na verdade, é uma das minhas facetas”. Mateus refere não julgar a mãe que não deseja a guarda do filho. Segundo o mediador, “é melhor ficar sob a guarda de outra pessoa, do que ficar submetido à rejeição o tempo inteiro, ou se sentir culpado pelo que a mãe deixa de fazer: ela não sai, não tem amigos, ninguém a procura, não tem namorado”. Reconhece, no entanto, que, socialmente, as mulheres que não querem ficar com os filhos são mal vistas. Fica clara, nesta argumentação de Mateus, a ambivalência de suas convicções, apesar da aparente coerência do seu discurso, negando o estereótipo.

O mediador lembra outra situação crítica, em que o pai fica inconformado que “a ex-mulher dele, não queira ficar com o filho dele!” Segundo Mateus, esta postura traz implícita uma intenção de castigo que, geralmente, está misturada com outros sentimentos, como o desejo de impedir que a mãe de seus filhos também seja mulher. É evidente, contudo, o jogo de palavras do mediador, ao dizer sentir-se mal, quando a disputa é sobre onde os filhos vão morar. Cita um exemplo de fala de cliente: “Ah, eu fiquei dois anos sozinha com a criança e agora ele quer dar uma de pai!”. O mediador gostaria de ouvir, por exemplo: “Ah, ele ficou dois anos sem aparecer, mas finalmente apareceu! Agora, você vai ter um pai, que vai dar tudo o que ele puder pra você.”. Esse é um caso em que o pai é idealizado, como o mito do herói que retorna depois de longo período de ausência (Ravazzola, 1998).

Para David, 30 anos, “quando o homem pede a guarda dos filhos é por implicância com a mulher ou para não pagar a pensão”. Segundo ele, os homens geralmente não querem pagar pensão alimentícia, e as mulheres, nestes casos, negam o direito de visita. O mediador lembra, no entanto, que

os homens deveriam entender que “a pensão não é para a mulher, é para as crianças, e as mulheres, que as visitas são um direito das crianças, mais do que do ex-companheiro ou ex-marido”.

Outro estereótipo que se destaca, nesta pesquisa, relaciona-se às queixas do casal. Mateus identificou que as mulheres se queixam que os homens não trabalham ou não contribuem para a manutenção da família e dos filhos. Já a reclamação dos homens é que as mulheres abandonam o lar, os filhos. Ao analisar estas situações, o mediador constatou que “muitas ‘abandonantes’ estavam com o olho roxo, e o abandono fora uma medida para manter a sua integridade física”.

Para Livia, as mulheres são mais queixosas do que os homens nas separações: “As mulheres não entram logo em outra relação, pois querem um casamento, uma família, uma coisa de companheirismo. Já os homens, se estão apaixonados por outra mulher, vão viver as perdas do primeiro casamento com a nova relação... uma mistura”! A mediadora também comenta sobre a convivência dos(as) filhos(as) com os(as) novos(as) parceiros(as) dos pais e mães: “Algumas mulheres sentem medo de que os filhos passem a gostar mais da nova companheira do pai e de que sejam rejeitadas, também pelo filho e não só pelo ex-marido.”

A fragilidade feminina emergiu como um estereótipo, nas percepções de Mateus e Jerônimo. Segundo eles, culturalmente, a mulher é considerada mais frágil do que o homem, precisando de mais ajuda; no entanto, em alguns casos, ocorre o contrário. Conforme Hyde (1995) nos lembra, nem todas as mulheres são frágeis e nem todos os homens são poderosos. Para Renato, “a mulher é mais decidida, tem mais certeza, do que quer. Ela sofreu mais, abriu mão de uma série de coisas durante a vida. Então, chega! No momento da separação, ela sabe dar um basta”. O mediador afirma, ainda, que “o homem é mais dependente da mulher. Na verdade, ele não quer uma mulher, mas uma mãe”. O que se pode inferir nas falas de Renato é exatamente o contrário do estereótipo, ou seja, os homens se mostram mais frágeis e dependentes do que as mulheres, segundo sua percepção.

Willi (1985) chama de colusão o emaranhamento neurótico do casal, em que um se mostra superior, progressivo, com experiência de vida, enquanto o outro apresenta atitudes regressivas, como

busca de proteção, dependência, cuidado e passividade. Segundo o autor, de modo geral, o homem adota a postura progressiva e a mulher, a regressiva. Todo o ser humano, no entanto, tem dentro de si tendências progressivas e regressivas. Isto significa que os(as) mediadores(as) devem estar atentos, para não se envolver no jogo colusivo do casal, o que implicaria envolver-se na trama de representações de seus integrantes.

O estereótipo relacionado à questão da objetividade masculina frente à sensibilidade feminina é de extremo interesse para Elaine. Segundo ela, este clichê se vincula às diferenças orgânicas e psicológicas do cérebro do homem e da mulher. “A mulher tem mais sensibilidade, o que é uma questão física, animal e orgânica e não somente psíquica ou cultural”. A mediadora indaga: “quem mata mais, quando há problemas sérios entre homens e mulheres? O homem mata mais. A mulher pode ter vontade, mas ela não faz, porque ela tem uma carga sentimental e de reflexão muito maior. Já o homem é mais imediatista, objetivo e inseqüente.” Este é um ponto de vista bastante interessante, pois nem sempre as reações violentas estão relacionadas à objetividade masculina. Pode-se questionar, no entanto: se estivessem, esta seria meramente uma questão orgânica, “animal”?

Saunders (2002) faz uma descrição impactante das diferenças entre a agressividade masculina e a feminina, nas relações heterossexuais e familiares, que podem nos levar a pensar a “natureza” masculina como bestial. Hayward (2002) também contribui na direção desse argumento, quando afirma que os homens foram, e ainda são, os maiores predadores de seres humanos vulneráveis. Cabe aqui, no entanto, uma reflexão. Se isso é uma questão de natureza animal, o que fazer face ao problema? Prender, castrar, exterminar? Reagir ao fato, depois de acontecido? E, se é “natural”, a tendência não seria aceitar e pedir conformação à vítima? Afinal, se as mulheres são mais sensíveis, reflexivas e sentimentais, esta seria a lógica, pelo menos com base no que diz Elaine.

Neste ponto, é bom introduzir a questão de como a masculinidade costuma ser construída, em meio a conceitos e vivências de agressão, violência, domínio e necessidade de submeter o outro (as mulheres, os mais jovens, os inimigos e os amigos), para se sentir homem. Não seria esse treinamento

para ser homem “de verdade” confundido com a “natureza” masculina? (Strey, 2004; Grossi, 2001). Estas são questões que não podemos aprofundar aqui, mas que, certamente, aparecem como sombras no processo de mediação.

Os casos de traição ensejam o surgimento de muitos estereótipos. Neste sentido, um dos mais fortes é o de que o homem trai mais. Para David, “o homem tem que mostrar que pode com várias mulheres. Daí, então, no grupo masculino, é bem visto. A traição é mais comum no homem, e a sociedade aceita melhor a traição masculina”. Jéssica concorda que o homem trai mais e que, além disso, “os homens se protegem, e a sociedade aceita. Com o tempo, a sociedade acabará aceitando, com naturalidade, a infidelidade feminina.” A mediadora acredita, no entanto, que a traição não é uma coisa boa para ninguém, “mas a mulher, ser crucificada, como ela era antigamente, não é justo!”

Ainda em relação à traição, segundo Renato, “ser corno é pior para o homem do que para a mulher”. “Dá uma sensação de abandono ao homem. Para a mulher, não é tão horrível. Ela geralmente perdoa. Isto parece ser da ‘natureza do homem’, eu não conheço um que não tenha traído a mulher”. O mediador identifica-se, quase que totalmente, com a idéia de a natureza falar mais alto para os homens, e o controle, que é uma habilidade social, para as mulheres. Se trair faz parte da natureza masculina e não trair, da feminina, como ficariam as mulheres que traem, no processo de mediação? Seriam usados dois pesos e duas medidas, para ambos os sexos?

O estereótipo da traição relaciona-se, de certo modo, a outra visão estereotipada, a da violência masculina. Conforme Hironaka (2002), o perigo para qualquer ser humano, em qualquer relação, não é o desejo, mas a violência. Se o desejo é natural, um ato violento não decorre necessariamente do desejo humano, mas de uma compreensão equivocada do que se deseja ou do que se necessita de verdade. Violência é todo comportamento que visa a controlar e a subjugar outro ser humano, pelo uso do medo, humilhação e agressões emocionais, sexuais ou físicas (Cardoso, 1997; Cárdenas, 1999; Grossi, 2001; Grossi, Aginsky, 2001). Lívia declara que: “a questão do cara ser opressor, violento, isso não me altera, porque são modelos bem definidos de uma postura machista e retrógrada, mais assimilada

culturalmente. Mas com mulheres que se vitimam, eu tenho uma certa resistência”. A questão a ser pensada é como separar a violência da vitimização. Parece que o fato de a sociedade tolerar, ou aceitar culturalmente, a violência masculina, nos faz complacentes com ela e, simultaneamente, muito críticos com a vitimização feminina. Será esta uma postura adequada? Além disso, aceitar tal situação não seria uma espécie de aliança com o agressor, em detrimento da vítima?

Neves e Nogueira (2003) afirmam que os movimentos feministas, ao denunciarem as desigualdades de gênero, tornaram visíveis uma série de vivências de vitimização do sexo feminino, especialmente no âmbito familiar e das relações amorosas. Conforme Renato, foi muito negativo o fato de a mulher tentar se igualar ao homem, pois este perdeu sua identidade viril, seu cavalheirismo, romantismo. O mediador afirma, entretanto, que a violência física do homem contra a mulher tem aumentado, “embora a mulher possa ser violenta, através do silêncio”. Nesse sentido, questionamos: o que doeria mais, a violência física ou o silêncio? O que seria mais injusto? MacKinnon (1987) comenta o assunto de forma irônica. Segundo ela, os homens que não violentam as mulheres não estão com seus hormônios diminuídos, nem são menos masculinos.

A importância dos papéis de gênero ainda é um assunto polêmico, em pleno século XXI. Meninos e meninas são socializados para se adaptarem aos papéis inerentes a cada gênero, o que gera limitações, pois as crianças aprendem a reconhecer e a aceitar as diferenças entre os gêneros, a partir de estereótipos, apesar da diversidade cultural (Negrão, 2004; Narvaz; Koller, 2004; Strey, 2004; Narvaz, 2005).

Berger e Luckmann (2003) afirmam que aprender um papel não é simplesmente adquirir suas rotinas, mas conhecer o que é relevante, além de soluções padronizadas. Mateus acredita que o(a) mediador(a) tem que proporcionar liberdade às pessoas, quanto aos papéis esperados do masculino e do feminino, em uma separação ou no atendimento aos filhos. Ele questiona: “por que as vivências de cada um dos gêneros não poderiam ser de outra forma?”. Esta fala nos remete a Butler (2003). Segundo ela, se o gênero abrange os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode definir se

ele decorre de um sexo ou de outro. Seguindo esse raciocínio, homem e masculino podem significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino.

Lívia considera que os papéis de um casal, ao longo da relação, vão se alternando: “Às vezes, a mulher tem o papel mais masculino, mais decisório, em algumas questões”. Segundo ela, isto varia muito com a chegada dos filhos e com a idade do casal. “A vida deixa a mulher mais independente e acho que, com o tempo, o homem fica mais dependente da mulher”. Elaine observa “uma prevalência maior de quem possui o papel de provedor do lar, seja o homem ou a mulher”. Ela afirma que a mulher, pelo fato de ter filhos e se afastar do mercado de trabalho, é quase sempre a cuidadora. Assim, como o papel do homem é o de “ajudar” a mulher a cuidar dos filhos, a mulher também “ajuda” a prover o orçamento doméstico. Jerônimo, por sua vez, expressa o quanto é forte a vivência que teve: “Eu tive uma criação, onde eu vi a minha mãe na cozinha e o meu pai chegando com o dinheiro. É complicado isso. Então, pra mim, a função do homem é colocar o dinheiro na casa, é cobrar o almoço e a janta, e a função da mulher é lavar a roupa”.

Jéssica acredita que “há um arquétipo da maternidade dentro de toda mulher”. Segundo ela, “é uma questão da evolução espiritual do ser humano, ao longo das reencarnações”. Conforme a entrevistada, o tipo de educação, a relação que a mulher teve com a própria mãe e a cultura do momento são aspectos que vão influenciar o papel de mãe.

Os estereótipos e os papéis de gênero relacionam-se a uma outra questão, que perpassa todo o estudo: as relações de poder. Neste sentido, Scott (1995) afirma que o gênero é uma forma primária de relações significativas de poder, principalmente entre homens e mulheres. É o campo primário dentro do qual, ou por meio do qual, se articula o poder. Ainda segundo a autora, como o gênero trata de relações, diferenças e normas, as mulheres e os homens só podem ser entendidos uns(umas) em função dos(as) outros(as).

Para Jerônimo, tanto o homem quanto a mulher têm muitos poderes, mas estes são diferentes: “o da mulher é o da sedução, do amor, e o do homem, o de mantenedor da casa, do poder econômico. Às vezes, eu penso que a mulher, muitas delas, pelo menos, procura uma pessoa economicamente forte, e o homem, num momento de fragilidade, talvez por questões históricas ou culturais, se apropria disso: ‘eu posso tudo, e a mulher é mais frágil, mais delicada’”.

Elaine percebe que a mulher tem um aumento de atribuições e uma diminuição de poder, principalmente se não auxiliar no provimento da casa. Ela ressalta, no entanto, que a mulher, na relação conjugal, possui um poder que ela própria desconhece. A fala desta mediadora é interessante, no sentido de que salienta a diferença de percepção de poder de cada gênero, na esfera pública e na privada. “Atrás de um grande homem há sempre uma grande mulher” é uma frase que representa a sabedoria ligada ao senso comum.

Jéssica, por outro lado, considera “ruim e triste” o poder masculino sobre a mulher. Ela lembra, entretanto, que também existem homens diferenciados, justos, que não abusam desse poder, bem como mulheres que se aproveitam do poder financeiro do homem: “há mulheres diabinhas. Tem mulheres que usam e abusam da boa vontade de homens bons, ou homens culpados também. Tem de tudo”. Já Roberta critica algumas mulheres que precisam da legitimação do homem, em relação ao seu trabalho, quando esta legitimação poderia vir delas mesmas. Segundo ela, isso advém das relações assimétricas entre o poder masculino e o feminino, expressas, por exemplo, na disparidade salarial para mesmas funções. Conforme Roberta, os homens são mais presos à questão material e, na maioria, ficam melhor financeiramente, após a separação. Na opinião de David, “por trás de uma ação patrimonial executiva, entretanto, há sempre uma situação afetiva mal resolvida”.

Segunda Categoria: Atitudes dos(as) Mediadores(as), quanto às Questões de Gênero

A interação entre o(a) mediador(a) e o casal ocorre em um campo dinâmico, em que podem sobrevir alianças. Estas, eventualmente, existem, entre o(a) mediador(a) e um dos membros do casal, seja este(a) do mesmo gênero do(a) mediador(a) ou não. Provocam insegurança e até mesmo sentimentos ambíguos entre os(as) profissionais, que buscam evitar este conluio, em nível consciente. Para tanto, é necessária uma discriminação entre os seus sentimentos e valores, e os dos mediandos.

Roberta afirma que percebe o sofrimento do casal: “Eu consigo ver o sofrimento dos dois, eu consigo ver um par ali. Às vezes, o homem sofre mais que a mulher, embora tenha mais resistência”. Ela reconhece que, em alguns casos, tende a proteger a mulher, e se culpa por isto, pois “culturalmente a mulher já tem um ganho, que é ficar com os filhos”. Acaba se contradizendo, no entanto, ao referir que “o compromisso maior é da mulher, que é quem fica com os filhos”. Mateus diz não compor alianças, mas assume o apoio ao homem ou à mulher, como técnica, ao perceber um desequilíbrio de poder entre o par. Refere que este apoio funciona como “um antídoto contra a pressão social”.

Segundo Livia, as mulheres freqüentemente buscam uma aliança: “A senhora sabe como é a sensação de a gente ser traída... É horrível! Ela é uma pessoa mais nova – imagina como é que a gente se sente, como mulher e ser trocada”. A mediadora diz, porém, que apenas tenta facilitar a conversa do casal, pois ali “não sou mulher, nem mãe, nem esposa”. Conta que já teve, também, uma experiência de tentativa de aliança, na qual o homem dizia: “a senhora não concorda comigo? A senhora vê, ela não é uma boa mãe! Ela largou o filho ali comigo, eu que tive que ficar, tive até que achar uma babá!”.

Jerônimo percebe que, às vezes, se inclina para um lado ou outro e que se polícia o tempo todo, o que torna o processo muito cansativo, porque “traz flashes de sua vida, flashes de coisas que poderia ter feito e não fez, ou poderia ter feito de outra maneira”. Volta e meia diz a si mesmo: “seja profissional, o problema é deles”. Por outro lado, sente-se, muitas vezes, “cooptado” pelo homem, que busca a sua cumplicidade, dizendo: “Você sabe como é, você é homem!”. Chega a imaginar o que o

mediando estaria pensando: “Você é o mediador e homem que nem eu. Então, vamos massacrar ela!”. Percebe que os homens, geralmente, chegam de maneira arrogante, com uma posição machista. Nesse sentido, sente mais empatia pela mulher.

Já a imparcialidade, tão idealizada pelos(as) mediadores(as), tem o significado de tratar, de forma igualitária, homens e mulheres, sem tomar partido de um ou outro, ao contrário das alianças. Imparcialidade não significa omissão e, segundo Elaine, ser imparcial não implica ser impassível diante de injustiças. Neste sentido, a imparcialidade é relativa, na medida em que os(as) mediadores (as) devem estar atentos(as) aos desequilíbrios de poder.

Fisher (2005) alude que, sem paridade de poder, o processo de mediação pode transformar-se em uma farsa, na qual a parte que detém mais poder influencia a interação, em benefício próprio. É indispensável certo grau de equilíbrio, entre os mediandos, para que o terceiro possa ser eficaz. Para isto, é muito importante que os(as) mediadores(as) estejam conscientes do quanto uma assimetria de poder entre os mediandos, bem como do(a) mediador(a), em relação aos mediandos, afeta os objetivos da intervenção. Nesse sentido, os(as) mediadores(as) podem apoiar a parte mais fraca, para que este(a) integrante consiga ser um(a) protagonista mais eficaz.

Renato afirma ser imparcial em relação a inúmeras questões de gênero, procurando analisar o contexto do casal. Para ele, “nenhum é vítima, nem culpado pela separação”. Renato diz, no entanto, que os mediadores não são máquinas, não gostam do que é injusto: “se alguém está querendo levar vantagem, eu questiono este integrante do casal, em relação a perdas e ganhos”. Confessa que, em geral, se “irrita” mais com os homens. Jéssica também assegura não ser tendenciosa, no sentido de proteger um ou outro. Ela reconhece, entretanto, que há certas questões que a mobilizam mais. Sente mais facilidade em compreender a mulher, dizendo: “lógico, sou mulher como ela!”.

Elaine salienta que, mesmo desaprovando determinada conduta, de modo geral, procura não deixar transparecer. Ilustra sua posição, com o caso de um pai que levava a filha, de apenas 12 anos, para bares, expondo-a a companhias masculinas. A mediadora relata, então, um sentimento muito forte

de desaprovação. Diz que, sem temer deixar de ser imparcial, alertou o pai sobre sua responsabilidade, questionando sua conduta e o fazendo refletir sobre as conseqüências. Elaine também lembra que um de seus estagiários ficou “indignado” com a postura de um mediando, ao que ela respondeu: “Que bom que você ficou indignado, mas não vai poder demonstrar. É bom se preocupar se esta indignação vai te afetar, a ponto de você não saber como trabalhar esta questão”.

Durante o processo da mediação, emergem sentimentos de toda espécie, entre os mediadores e mediadoras, nas diversas situações conflitivas que ocorrem. Não há como evitar aqui a relação com a noção de contratransferência, explicitada, principalmente, pela Psicanálise, mas já sendo amplamente utilizada para outros tipos de relação, que não só a do analista-paciente. Zimmerman (2005) explica que a contratransferência diz respeito a sentimentos, despertados pelo paciente, no analista. Defende que o analista reconheça os seus sentimentos e lide naturalmente com eles, sem sentir vergonha ou culpa. “Em resumo, pode-se dizer que a contratransferência apresenta uma perspectiva tríplice: como um possível obstáculo, como instrumento para o analista e como um fator integrante do campo analítico” (Zimmerman, 2005, p. 220).

Jerônimo assinala que os profissionais da mediação estão enfrentando um momento de mudança nas relações entre o homem e a mulher. “Buscam, então, várias estratégias de resolução e, às vezes, não sabem como atuar. Nas discussões, surgem muitas questões de gênero, de sentimento, de tentativa de cooptar as pessoas e eles têm que trabalhar com esse universo dos clientes, com muita delicadeza, respeitando o sentimento de cada um”.

A capacidade de conter a raiva, o nojo, a pena e a inveja, entre outros sentimentos, requer do(a) mediador(a) a aptidão de absorver os impactos provocados por situações inusitadas. Isto, em mediação, é considerado como atitude de equidistância: “o mediador reconhece que a problemática apresentada é dolorosa, violenta ou mesquinha, mas não é sua” (Breitman; Marodin, 2002, p. 484). Sabe-se, porém, que, mesmo de forma inconsciente, mediadores e mediadoras não estão imunes às expectativas estereotipadas de condutas, em função do gênero dos mediandos.

Neste sentido, há uma preocupação em como conduzir o processo, para que as pessoas cheguem a um patamar de reconhecimento de direitos e deveres um do outro. Em casos de separação ou nas disputas conjugais, é comum os mediandos colocarem a culpa no outro, projetando fatos, como se a vida deles não fosse de sua própria responsabilidade. Mateus relata que, muitas vezes, antecipa, “com uma espécie de tédio”, o conteúdo do que será trazido na primeira sessão. Se for homem, ele pensa: “ah, lá vem o cara que sempre tratou mal a mulher e, agora que foi largado, quer ela de volta, só pra manter o poder ou, por uma via avessa do amor, quer que a mulher permaneça no casamento e vem reclamar da separação”. E se é uma mulher, imagina: “bom, lá vem uma mulher, que se diz vítima da situação, que quer ajuda pra se livrar do cara”. Um outro aspecto que Mateus diz não suportar é a característica de dependência, nem no homem, nem na mulher. Quando um homem diz: “ela estragou a minha vida, agora vou ralar com a vida dela, porque ela me deixou”, fica incomodado, porque não lhe parece emoção verdadeira. Como mediador, ele pensa: “Esse cara tem que segurar mais no peito, isso aí. Tem que aceitar, tem que ter mais dignidade: se a mulher não quer ficar com ele, ele também não tem que querer ficar com ela”.

Elaine, por sua vez, sente pena das mulheres, pelo término sofrido dos casamentos e amores. Este sofrimento, segundo ela, só vai ser amenizado com o tempo. “Após a separação, o tempo é como o remédio para as dores”. Ela afirma, então, que não ajuda somente com a teoria e técnica, mas que as suas vivências são um aprendizado também. Segundo Jéssica, na mediação, os casais chegam com muito rancor e raiva, sentindo-se prejudicados, financeira e/ou emocionalmente, utilizando os filhos para vinganças pessoais. Esse “jogo sujo” a mobiliza, pois considera triste o fato de as pessoas não perceberem o mal que estão fazendo aos filhos. “As mulheres, porém, estão se sentindo tão espoliadas, tão mal, com tanta raiva e ódio, que fazem isso sem se dar conta”, justifica, em favor das mulheres.

Jerônimo diz ter que se “policiar”, para que os seus sentimentos não alterem uma opinião, um tratamento, uma proposta de encaminhamento. Já Mateus fica indignado com a conduta de alguns mediandos, ao reclamarem situações que eles mesmos produziram. Admite se identificar mais com o

homem. Não se incomoda tanto quando é a mulher que apresenta este tipo de queixa. Parece-lhe mais aceitável a mulher agir dessa forma: “ele me deixou, ele estragou a minha vida”. O mediador refere tratar-se de algo mais próprio da mulher, “uma coisa mais histérica...”.

Lívia também expressa a influência dos seus sentimentos e vivências no trabalho de mediação. Passar pela dor da separação, pela perda dos sonhos, pelo medo do desconhecido, pelo medo de refazer a vida, conforme a mediadora, muda radicalmente, a postura diante dos mediandos. São sentimentos fortes que, uma vez tendo sido vividos, possibilitam perceber melhor o que ocorre com as pessoas, pois, segundo ela, “sentir em si é completamente diferente”, inclusive para mostrar, tanto para mulheres quanto para homens, que “existe luz no final do túnel”.

Considerações Finais

Reverendo os dados da pesquisa, resgatamos as duas grandes categorias identificadas: percepção e atitude dos mediadores, no processo de mediação, em relação às questões de gênero. Quanto à percepção, os focos das questões norteadoras foram: a percepção ou não dos estereótipos de gênero, a percepção dos papéis de gênero, conforme seu próprio gênero e conforme as relações de poder, entre homens e mulheres. Isto equivale às três subcategorias encontradas: estereótipos, papéis de gênero e relações de poder. Neste sentido, salientamos que os(as) mediadores(as) percebem a existência de estereótipos de gênero, relacionados à guarda dos filhos, fragilidade, dependência, traição, posição queixosa, sensibilidade, objetividade, natureza, cultura e violência.

Um dos aspectos mais importantes a destacar, na primeira categoria, diz respeito à guarda dos(as) filhos(as), cujo estereótipo é que esta deve ser da mãe. As mediadoras evidenciam uma tendência de mudança, quando dizem ser uma hipocrisia afirmar que os(as) filhos(as) devem, necessariamente, ficar com as mães. Segundo elas, isto não é mais prerrogativa, nem obrigação das mulheres. Já os mediadores alegam que muitos pais reivindicam a guarda, mas que as crianças ficam

melhor com a mãe. Ainda justificam que esse pedido, geralmente, é para evitar o pagamento de pensão alimentícia. Os mediadores, no entanto, têm mais dificuldade em aceitar quando a mãe não deseja a guarda do filho.

As mediadoras, porém, não vêem as mulheres como, obrigatoriamente, guardadoras oficiais de seus filhos, afirmando que o papel de mãe se constitui apenas uma de suas facetas. Elas ainda enfatizam a transformação dos papéis feminino e masculino, como causa de alteração gradativa no estereótipo. As mediadoras parecem estar mais abertas e avançadas frente às idéias de guarda dos(as) filhos(as). Não devemos, entretanto, nos deter no explícito. Uma das mediadoras reconhece, por exemplo, a existência de um arquétipo materno, em toda mulher, embora em diferentes níveis de desenvolvimento. Outras admitem o medo das mulheres, no sentido de que os(as) filhos(as) venham a se apegar e gostar mais da nova namorada do pai. Nesse sentido, as mediadoras respondem positivamente à primeira questão norteadora. O mesmo ocorre com os mediadores, que consideram socialmente mal-vistas as mulheres que abdicam da guarda dos(as) filhos(as).

Quanto às queixas, os(as) mediadores(as) salientam que as mulheres, de modo geral, são mais queixosas. As diferenças apontadas são de que elas reclamam da dissolução da família, do medo de serem também abandonadas pelos(as) filhos(as), do vínculo destes(as) com as novas companheiras dos ex-maridos. Já os homens, conforme a percepção dos mediadores, queixam-se do distanciamento e da dificuldade de acesso aos(às) filhos(as).

Em síntese, há vários outros estereótipos identificados e percebidos diferentemente, pelos mediadores e mediadoras. É o caso, por exemplo, da traição, da fragilidade, da racionalidade, entre outros apontados. O que se evidencia é que os(as) mediadores(as) têm consciência da existência de estereótipos, embora neguem que a sua atuação seja influenciada por eles. Isto se contradiz, no entanto, com alguns posicionamentos expressos durante a pesquisa. A maneira de pensar dos(as) mediadores(as) traz algumas diferenças relativas a seus gêneros, como, por exemplo, os homens demonstram mais preconceito em relação aos estereótipos ligados à traição, do que as mulheres. Neste

sentido, são marcantes as seguintes falas masculinas: “os homens traem mais”; “as mulheres perdoam”; “este cara tem que matar mais no peito” e “ser corno é pior para o homem”. No caso das mulheres, é ilustrativo o que foi expresso por uma mediadora: “a questão do cara ser opressor, violento, isso não me altera, ... Mas com mulheres que se vitimam, eu tenho uma certa resistência”. O curioso é que a violência masculina parece estar tão naturalizada, para esta mediadora, que ela demonstra irritação com a vitimização, traço evidenciado como um típico estereótipo feminino.

As relações de gênero são reconhecidas pelos(as) mediadores(as) como relações de poder desiguais. Em geral, os mediadores afirmam que o homem tem mais poder e atribuem esta hegemonia ao fato de que ele é o mantenedor da família, ao mesmo tempo em que a mulher ainda é percebida como a cuidadora, mesmo que trabalhe fora e contribua para o orçamento familiar. A percepção é no sentido de que a mulher “ajuda” o homem na manutenção, assim como o homem “ajuda” a mulher a cuidar dos filhos e da casa.

Quanto à segunda categoria - as atitudes dos(as) mediadores(as) no processo de mediação -, percebemos nexos com duas questões norteadoras preliminares. Uma delas diz respeito às possíveis alterações da imparcialidade dos(as) mediadores(as), no processo de mediação, em função das relações de gênero. A outra se refere às eventuais alianças entre os(as) mediadores(as) e mediados, em função do seu gênero. Salientamos ainda que, nesta categoria, emergiu uma outra subcategoria, de modo bastante significativo, pertinente à interferência dos sentimentos e vivências dos(as) mediadores(as). O que se pode verificar é que a imparcialidade é um ideal, mas, na prática, não é isto o que ocorre. No geral, no entanto, os(as) mediadores(as) não admitem diferença no modo como tratam o homem ou a mulher, dizendo não se posicionarem de forma diferenciada, em relação a um ou a outro. É o que afirma uma mediadora: “ali não sou mulher, nem mãe, nem esposa, nem advogada”. Os(as) mediadores(as) destacam que procuram analisar o contexto do casal e lembram que homens e mulheres chegam à mediação magoados um com o outro, embora haja diferenças na intensidade dessa mágoa. Portanto, justificam a necessidade de se manterem imparciais, em relação aos dois gêneros, trabalhando

e definindo o conflito em conjunto.

Outro dado evidenciado é que os(as) mediadores(as) não são “máquinas”, portanto não ficam impassíveis diante dos problemas. Devem, porém, manter-se imparciais e canalizar esses sentimentos. Por isso, o(a) mediador(a) necessita ter um bom nível de conhecimento de si próprio e reconhecer seus limites. Os mediadores e mediadoras concordam nesta questão: sentimentos existem e estão presentes no processo de mediação familiar; porém, devem ficar sob controle, para não interferirem no desempenho profissional. Este, pelo menos, é o discurso oficial. Os(as) entrevistados(as) corroboram a grande influência de suas vivências pessoais de separação, bem como as relativas às suas famílias de origem, para uma maior compreensão das situações relatadas e vividas pelos casais em crise.

A pesquisa ainda nos leva a refletir sobre o quanto aspectos culturais e regionais têm ascendência sobre as práticas e as percepções. Isto indica que seria interessante a realização de estudos, mais detidamente, sobre estes aspectos, em outros estados e regiões.

Podemos acrescentar que a interdisciplinaridade exige novas e mais profundas reflexões e pesquisas, na medida em que, em um mundo calcado na especialização, é uma prática ainda com muito a propor e construir, em termos de uma nova mentalidade de trabalho.

Os resultados de nosso estudo alertam para estas questões que podem, eventualmente, passarem despercebidas no cotidiano do trabalho de mediação familiar de casais heterossexuais, em processo de separação conflituosa. Além da inevitável diferenciação entre a teoria e a prática (uma coisa é o aprendizado teórico de como se deve fazer e outra é estar face a face e trabalhar com pessoas em conflito), o fato de certos aspectos não estarem plenamente conscientes, para quem conduz o processo (as questões de gênero, por exemplo), pode levar a procedimentos tendenciosos, que invalidariam qualquer intenção de imparcialidade. Além disso, ser imparcial pode representar a máscara da indiferença aos desníveis de poder das pessoas atendidas.

A subjetividade de cada mediador(a), porém, jamais pode ser ignorada. Deve ser levada em conta sua bagagem, sua formação, suas vivências, seus valores e tudo o mais que o(a) constitui, como

pessoa e profissional. Isto é importante para que este(a) mediador(a) exerça seu papel como um ser integral. Esta concepção de que não existem realidades objetivas também está presente nos alicerces do Pensamento Sistêmico.

Com relação ao método, a análise de conteúdo mostrou-se pertinente e condizente com os propósitos do estudo, permitindo mapeamento dos conteúdos, para a análise e interpretação das respostas obtidas. Auxiliou, sobremaneira, para considerar os conteúdos implícitos e explícitos dos dados das entrevistas, embora, neste relato, talvez não seja visível a dimensão do trabalho de sistematização que foi realizado, até chegar às duas categorias principais.

Por fim, podemos resgatar, neste momento, a inquietude inicial: por que estudar a interface mediação e gênero? Consideramos, após o estudo, a validade desta pesquisa e do reconhecimento das interferências das questões de gênero, no processo de mediação familiar, em casos de separação e divórcio de casais heterossexuais. Sugerimos, neste sentido, a inclusão, nos cursos de formação em Mediação Familiar, da disciplina de Estudos de Gênero, visando conhecimento e conscientização dos(as) futuros(as) mediadores(as). Deste modo, esperamos ter contribuído para os avanços dos Estudos de Mediação e de Gênero, com base no Pensamento Sistêmico.

Referências

Bardin, L. (1991). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

Berger, P. L. e Luckmann, T. (2003). **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes.

Breitman, S. e Marodin, M. (2002). A prática da moderna mediação: integração entre a Psicologia e o Direito. In: D. Zimerman e A. C. M. Coltro (Orgs.). **Aspectos psicológicos na prática jurídica** (p. 471-488). Campinas: Millennium.

_____ e PORTO, Alice. **Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz**. Porto Alegre: Criação Humana, 2001.

Burin, M. (2004). Prefácio. In: M. N. Strey; S. T. L. Cabeda; D. R. Prehn (Orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas** (p. 9-12). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Bush, R. A. B.; Folger, J. P. (1996). **La promesa de mediación**. Barcelona/Buenos Aires: Granica/Lavalle.

- Butler, J. (2003). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cárdenas, E. J. (1999). **Violencia en la pareja: intervenciones para la paz desde la paz**. Buenos Aires: Granica.
- Cardoso, N. B. (1997). Mulher e maus tratos. In: M. Strey (Org.). **Mulher: estudos de gênero** (p. 127-138). São Leopoldo: Unisinos.
- Cechin, A. F. **Vivências em espaços educativos formais ou informais e a constituição de identidades homossexuais**. Porto Alegre, 2005. 107 f. Proposta de tese (Doutorado), Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Coelho, S. V. (2005). Abordagens psicossociais da família. In: J. G. Aun; M. J. E. de Vasconcellos. **Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: v. 1 - Fundamentos teóricos e epistemológicos** (p. 143-224). Belo Horizonte: Ophicina da Arte e Prosa.
- Fisher, R. J. Methods of Third-Party Intervention. Recuperado em 24 set. 2005: <http://www.berghof-handbook.net/articles/fisher_hb.pdf>.
- Grossi, P. K.; Aginsky, B. G. (2001). Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais. In: P. K. Grossi; G. C. Werba (Orgs.). **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber** (p. 19-46). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Grossi, P. K. (2001). Nem com uma flor: reflexões sobre abordagens com grupo de homens agressores. In: P. K. Grossi; G. C. Werba (Orgs.). **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber** (p. 195-214). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Haynes, J. M.; Marodin, M. (1996). **Fundamentos da mediação familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Hayward, Ruth Finney. Needed: a culture of masculinity for the fulfilment of human rights. **Development**, v. 44, n. 3, p. 48-53, 2002.
- Hironaka, G. M. F. N. (2002). Responsabilidade Civil na relação paterno-filial. In: Pereira, R. C. (coord.). **III Congresso Brasileiro de Directo de Família-Família e Cidadania: o novo CCB e a Vacatio Legis, Anais** (p. 403-432). Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey.
- Hyde, J. S. (1995). **Psicologia de la mujer: la outra mitad de la experiencia humana**. Madrid: Morata.
- Lipovetsky, G. (2000). **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mackinnon, C. A. (1987). Diferencia y dominio: sobre la discriminación sexual. In: M. Navarro; C. R. Stimpson. **Sexualidad, género y roles sexuales** (p. 77-101). Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica.
- Moraes, R. (2005). **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. Porto Alegre, mimeo.

- Narvaz, M. G.; Koller, S. H. (2004). Famílias, gêneros e violências: desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In: M. N. Strey; M. P. R. Azambuja; F. P. Jaeger (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas** (p. 149-176). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Negrão, T. (2004). Nós e rupturas da rede de apoio às mulheres. In: M. N. Strey; M. P. R. Azambuja; F. P. Jaeger (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas** (p. 216-258). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Neves, Sofia; Nogueira, Conceição. A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. **Minho: Psicologia & Sociedade**; v. 15, n. 2, p. 43-64; jul./dez. 2003.
- Olabuénaga, J. I. R. (1999). **Metodología de la investigación cualitativa**. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Oliveira, M. (1998). **La educación sentimental**. Barcelona: Learing.
- Pereira, V. L. (2004). Gênero: dilemas de um conceito. In: M. N. Strey; S. T. L. Cabeda; D. R. Prehn (Orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas** (p. 173-198). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Ravazzola, María Cristina. Violencia familiar: el abuso relacional como un ataque a los derechos humanos. **Sistemas Familiares**, a. 14, n. 3, p. 29-41, nov. 1998.
- Saunders, Daniel G. Are physical assaults by waives and girlfriends a major social problem?. **Violence against women**, v. 8, n. 12, p. 1424-1448, 2002.
- Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, a. 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- Six, J. F. (1997). **Dinâmica de la mediacion**. Barcelona/Buenos Aires: Paidós.
- Strey, M. N. (Org.). (2001). **Mulher: estudos de gênero**. São Leopoldo: Unisinos.
- Strey, M. N. (2004). Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In: M. N. Strey; M. P. R. Azambuja; F. P. Jaeger (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Strey, M. N. (2001). Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: P. K. Grossi; G. C. Werba (Orgs.). **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Willi, J. (1985). **La pareja humana: relación y conflicto**. Madrid: Ediciones Morata.
- Yll, M. E. S. (1998). **Cuerpos sexuados, objetos y prehistoria**. Madrid: Cátedra.
- Zimerman, D. E. (2005). **Psicanálise em perguntas e respostas: verdades, mitos e tabus**. Porto Alegre: Artmed.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação teve como ponto de partida a proposta de estudar as questões de gênero, sob a ótica dos(as) mediadores(as). A primeira reflexão que parece importante, neste momento, relaciona-se à ausência de estudos específicos para as questões de gênero, na minha formação de mediadora familiar. Há muitos anos, venho me dedicando à Terapia de Família e Casais, bem como à Mediação Familiar, embora, até o início do Mestrado, pouco conhecesse, especificamente, os Estudos de Gênero. Em um cotidiano de trabalho com questões que envolviam o gênero, sempre fui atuando em uma rotina, orientada por conhecimentos pessoais, produzidos a partir de um processo em que os aspectos relativos ao contraponto dos gêneros feminino e masculino não foram enfatizados ou, pelo menos, reconhecidos por mim. Essas temáticas, claro, sempre perpassaram meu trabalho, mas percebo hoje que havia uma carência teórica, quanto ao assunto. Ao começar este estudo, no entanto, passei a valorizar com mais intensidade a importância das questões de gênero, no trabalho com casais. Percebo, então, que muito mais que diferenças entre homens e mulheres, as pessoas têm características únicas. Estas vão além do masculino e do feminino.

Para esta dissertação, foi realizada, então, uma extensa revisão de literatura sobre os Estudos de Gênero, bem como aprofundado o que eu já conhecia sobre Mediação Familiar. Essa busca teórica foi empreendida através de um aprofundamento, também, do conhecimento relativo ao Pensamento Sistêmico, o que possibilitou uma visão mais complexa do tema. Percebi, por exemplo, que estas áreas tão importantes não estão suficientemente entrelaçadas

do ponto de vista da abordagem teórica. Concretamente, a literatura sobre a interface gênero e mediação é quase inexistente. Isto sinaliza que ainda há um grande trabalho a ser feito e, também, remete à importância deste estudo.

O olhar de mediadores e mediadoras sobre as questões de gênero, analisado na pesquisa, não foi muito diferente do modo como eu percebia o tema, antes de estudá-lo. Assim, penso que é preciso, constantemente, revisar conceitos, opiniões, princípios e posições sobre inúmeras práticas e “desaprender” certas palavras, jeitos, nomes, papéis, que introjetamos, sem saber por que, nem quando. Foi possível perceber, na pesquisa, que tanto os homens como as mulheres enfatizam, mais ou menos, os mesmos aspectos, no que diz respeito às questões de gênero no processo de mediação familiar. Seus posicionamentos, no entanto, muitas vezes, mostram-se diferentes – e, em alguns casos, contraditórios –, em função do gênero de cada mediador(a). Isto, provavelmente, é fruto de um treinamento estereotipado, que promove a aquisição de papéis tradicionais, para uns e outros.

Este estudo baseou-se, principalmente, em categorias *a priori*, de acordo com as questões norteadoras. No processo, porém, emergiu uma subcategoria muito importante, quanto aos sentimentos e vivências dos(as) mediadores(as). Interesses, estilos, auto-imagem, auto-estima, desvelados nas entrevistas, demonstraram que profissionais com longas carreiras, de origem e com prática em mediação familiar, também enxergam através das lentes escuras dos estereótipos - base dos preconceitos. Além disso, a pesquisa evidencia que, cada vez mais, é difícil ser imparcial. Mediadores(as) chegam a dizer que precisam se “policiar”, para trabalhar, com paridade, as versões, muitas vezes, preconceituosas e abusivas, dos casais que buscam a mediação de seus conflitos. Mesmo quando os(as) mediadores(as) se dizem imparciais, os posicionamentos expressos nos exemplos e comentários às temáticas abordadas permitem inferir alianças e possibilidade de comprometimento da imparcialidade. Vale ressaltar aqui, também, o reconhecimento de que a aliança, em alguns casos, é adequada para

buscar o equilíbrio de forças entre os integrantes do casal, como foi mencionada, “como um antídoto contra a pressão social”. É possível perceber, então, a ambivalência de alguns aspectos. A imparcialidade é um ideal, mas, na prática, as alianças às vezes se mostram necessárias, para “empoderar” o integrante mais fraco do casal.

Outro aspecto diz respeito a uma lógica binária, excludente, cujos valores apontam para as interjeições “ou, ou”. Esta lógica, no entanto, é questionável. Trata-se, justamente, de uma das causas de entrave nas relações e na convivência entre as pessoas, no reconhecimento do lugar do outro nas relações e, claro, também nos momentos de crise. Ao adotarmos o pensamento sistêmico, poderemos incluir os opostos e criar uma nova versão para os fatos, abrindo opções e alternativas, nunca antes pensadas como possíveis.

Por fim, encerro este trabalho, sem encerrar minhas reflexões. Penso que todos ganhamos, com o processo de investigação. O encontro com os(as) autores(as) e com os(as) mediadores(as) aconteceu em uma rede de relações, que foi permitindo ressignificar saberes, conceitos, vivências e sentimentos na prática de mediação familiar. As questões de gênero permeiam todas as áreas da vida e cada detalhe, cada sentimento, cada lembrança, cada *insight* surgido durante este trabalho, teve uma dimensão muito forte, não no sentido de uma descoberta original, inédita, mas de uma reflexão que certamente contribuirá para a realização de um trabalho mais consciente e justo.

ANEXOS

PROCEDIMENTOS PARA PUBLICAÇÃO

A avaliação de artigos entregues à Editora Síntese requer a adequação do autor a alguns procedimentos, visando a padronização dos textos.

1. Apresentação

Os textos devem ter no mínimo 4 e no máximo 25 páginas, tamanho A4, em espaço duplo, com margens de 2cm de cada lado. Devem ser enviados por e-mail ou entregues uma cópia impressa e uma em disquete, idênticas, no editor de textos Word for Windows, versão 6.0 ou mais recente. A fonte deve ser Times New Roman ou Arial, em corpo 11, com alinhamento justificado.

2. Seqüência da apresentação

- a) título do trabalho;
- b) nome do autor, seguido de sua titulação, função e/ou instituição a que se vincula;
- c) desenvolvimento do texto;
- d) sumário dos títulos e subtítulos do texto;
- d) relação de referências bibliográficas utilizadas.

3. Referências bibliográficas

A relação de referências deverá ser apresentada em ordem alfabética, conforme normas da ABNT, sistema alfabético autor-data.

Exemplos:

- Livros no todo

PAIXÃO, Floriceno. A previdência social em perguntas e respostas. 38. ed. Porto Alegre: Síntese, 2001. 912 p.
- Partes de livros (capítulos)

PAIXÃO, Floriceno. Evolução da previdência social. In: _____. A previdência social em perguntas e respostas. 38. ed. Porto Alegre: Síntese, 2001. p. 20-24.
- Artigos de periódicos

DINAMARCO, Cândido Rangel. Ação rescisória, incompetência e carência de ação. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v. 17, p. 22-30, maio/jun. 2002.
- Verbetes de Enciclopédias e Dicionários

CERÂMICA. In: LAROUSSE cultural. São Paulo: Universo, 1988. p. 197-198.
- Artigos em Revistas e Jornais

VEJA. Guia da copa. São Paulo: Abril, v. 31, n. 23, 1998. Especial.
MIRANDA, R. Anões que fazem gigantes. Gazeta do Povo, Curitiba, 03 jun. 1990.

4. Notas de rodapé

As notas de rodapé devem resumir as notas explicativas, e somente em casos em que sua inserção no texto causará uma interrupção muito grande na leitura. Não inserir referências bibliográficas em notas de rodapé.

5. Citações

- Citações breves

As citações breves não ultrapassam cinco linhas. Devem vir entre aspas. O tamanho da fonte (letra) permanece o mesmo do corpo do texto (pitch 12). "Espaço duplo".

Exemplo:

Segundo PAIXÃO (2001, p. 91), "nesse caso ele poderá contar, a partir da nova filiação ao Regime Geral de Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido".

- Citações longas

As citações longas, com mais de cinco linhas, devem ter um recuo de 4 cm ou dezesseis toques da margem, mais cinco toques para início de parágrafo. As citações longas, por já terem o destaque do recuo, não deverão ter aspas e o tamanho da fonte (letra) deve ser menor que o do texto (pitch 10). "Espaço simples".

Exemplo:

Para os segurados empregado e trabalhador avulso, o período de carência é contado da data da filiação ao Regime da Previdência Social. Para o segurado empregado doméstico, contribuinte individual, especial, este enquanto contribuinte individual (...), e facultativo, da data do efetivo recolhimento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para esse fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, observado, quanto ao segurado facultativo, o disposto nos §§ 3º e 4º do artigo 11. (PAIXÃO, 2001, p. 91)

Obs.: Havendo supressão de trechos no meio do texto citado, faz-se a indicação com reticências entre colchetes [...] ou entre parênteses (...).

6. Artigos retirados da Internet

A referência a esses artigos será incluída na relação de referências bibliográficas.

Exemplos:

- Com indicação de autoria

SILVA, I. G. Pena de morte para o nascituro. O Estado de São Paulo. São Paulo, 19 set. 1998. Disponível em: http://www.providafamilia.org/pena_morte_nascituro.htm Acesso em 17 jan. 2001.

- Sem indicação de autoria

PREFACE to representative poetry on-line version 2.0. 1996. Disponível em: <http://library.utoronto.ca/www/utel/rp/intro.html>. Acesso em 17 jan. 1997.

7. Destaques do autor

A Síntese não utiliza negrito como destaque em suas publicações, exceto para títulos e subtítulos. Os autores de artigos a serem submetidos à análise para publicação nos produtos da editora deverão substituir esse recurso por aspas. O itálico deverá ser utilizado para palavras estrangeiras (inclusive latim).

8. Em folha anexa ao material enviado à Revista, o colaborador deve encaminhar uma autorização para publicação do artigo, conforme modelo a seguir:

O envio dos artigos para o IBDFAM, por e-mail, implicará na prévia autorização para publicação na Revista Brasileira de Direito de Família, nos termos descritos a seguir.

Autorização para publicação

Título do artigo: _____

Nome(s) do(s) autor(es): _____

O(s) autor(es) do presente trabalho assegura(m) que:

1. Todos os autores mencionados participaram do trabalho de maneira a responsabilizar-se publicamente por ele.
2. Todos os autores revisaram a forma final do trabalho e o aprovaram, liberando-o para publicação nos produtos da Síntese.
3. Este trabalho será submetido à aprovação do Conselho Editorial da Editora Síntese e do IBDFAM.

IBDFAM. Procedimentos para publicação. **IBDFAM**, Belo Horizonte, 2004.
Disponível em: <http://www.ibdfam.com.br/public/ProdutosRevista.aspx>.
Acesso em: 22 nov. 2005

A Revista *Psicologia Argumento* é uma publicação trimestral de trabalhos voltados a compreensão dos aspectos psíquicos e psicossociais do ser humano em desenvolvimento, destinada aos profissionais de psicologia e área afins. Os manuscritos devem ser encaminhados para o endereço da Revista, com uma carta de apresentação dirigida ao Editor responsável, indicando a categoria referente ao seu conteúdo, podendo ser: relato de experiência, relato de pesquisa, reportagens científicas, ensaio, estudo teórico, revisão crítica, resenha, nota técnica, depoimento ou entrevista. Devem ser enviadas, ainda, 3 cópias impressas (todas as páginas devem estar rubricadas), acrescidas do disquete ou *CD-ROM* com cópia digitada, respeitando as normas editoriais e técnicas solicitadas. Os trabalhos que não atenderem as especificações abaixo serão automaticamente recusados.

NORMAS EDITORIAIS

1. Todos os artigos devem ser inéditos e serão submetidos à avaliação dos pares, não podendo ser encaminhados para apreciação simultânea em outros periódicos. A seleção levará em consideração a linha editorial da Revista e a qualidade do manuscrito.

2. Excepcionalmente, serão aceitos trabalhos que já tenham sido publicados em periódicos estrangeiros, sujeitos à mesma avaliação de originais inéditos. O autor deverá apresentar autorização por escrito do Editor da revista onde o seu trabalho tenha sido publicado.

3. A redação se reserva o direito de fazer alterações nos originais, visando a manter a homogeneidade e a qualidade da publicação, respeitando, porém, o estilo e as opiniões dos autores.

4. Afirmações, opiniões e conceitos expressados nos artigos são, portanto, de responsabilidade dos autores.

5. O simples encaminhamento dos trabalhos à Revista implica na aceitação, por parte do(s) autor(es), das normas aqui expressas, bem como na autorização da publicação deles.

6. Os direitos autorais dos trabalhos publicados são de propriedade da Editora Universitária Champagnat, sendo que os originais não serão devolvidos.

7. Para cada trabalho publicado, o(s) autor(es) receberá(ão) 2 exemplares da Revista como cortesia.

NORMAS TÉCNICAS

1. **APRESENTAÇÃO FORMAL DO MANUSCRITO:** O trabalho deverá ser digitado em *Word for windows*, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaçamento duplo e parágrafo justificado. As páginas devem ser numeradas e configuradas no formato *letter*, contendo entre no mínimo 16 e no máximo 25 lau-

das, incluindo referências, ilustrações, quadros, tabelas, gráficos, etc. Resenhas deverão conter **no máximo 3 laudas** e relatos de experiência profissional e notas técnicas **no máximo 15 laudas**. O manuscrito deve respeitar os itens relacionados a seguir.

2. **FOLHAS DE ROSTO:** A primeira folha de **rosto** deve conter o título **em português** (CAIXA ALTA, em negrito, fonte *Times New Roman*, tamanho 14, parágrafo centralizado) e **em inglês** (Caixa Baixa, com iniciais em maiúsculo, em itálico, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, parágrafo centralizado). O título deve conter no máximo 12 palavras, sendo suficientemente específico e descritivo. O nome do(s) autor(es) deve(m) ser apresentado(s) a partir da terceira linha (margem a direita), indicando em nota de rodapé sua filiação institucional, titulação máxima e o **endereço completo** (incluindo CEP e *e-mail*) de um dos autores para correspondência com os leitores. Esta é a única parte do texto em que poderá constar a identificação do(s) autor(es). O Resumo deve constar na primeira página, juntamente como *Abstract* e os descritores (palavras-chave e *keywords*). A **segunda folha de rosto** deve conter as mesmas especificações, omitindo, entretanto, a identidade dos autores, sua filiação e endereço.

3. **RESUMO/ABSTRACT:** Devem conter no mínimo 200 e máximo 250 palavras, em português/inglês, com fonte *Times New Roman*, tamanho 11, espaçamento simples e parágrafo justificado. Na última linha, deverão ser indicados os descritores (palavras-chave/ *keywords*). Para padronizar os descritores solicitamos utilizar os *Thesaurus* da APA. O número de descritores desejado é de no mínimo 3 e no máximo 5, sendo representativos do conteúdo do trabalho. As palavras-chave/ *keywords*/ devem ser apresentadas em letras minúsculas, e separadas por vírgula, terminando com um ponto final.

4. **AGRADECIMENTOS:** Agradecimentos a auxílios recebidos para a elaboração do trabalho deverão ser mencionados apenas ao final do artigo, logo após as considerações finais e antes das referências.

5. **NOTAS:** As notas inseridas no corpo do trabalho devem ser indicadas por números arábicos elevados imediatamente depois da frase a que diz respeito, e restritas ao mínimo indispensável. As notas deverão constar no rodapé da mesma página em que são inseridas. Não devem ser apresentadas notas de rodapé com referências dos autores.

6. **MATERIAIS GRÁFICOS:** Não serão publicadas fotos coloridas, a não ser em caso de absoluta necessidade e a critério do Editor. As ilustrações, desenhos, etc devem ser limitados ao mínimo indispensável. Caso seja necessária a inclusão de um desses itens, o autor deverá enviar cópia impressa e digitalizada também separadamente do texto. Imagens digitalizadas devem ser enviadas em Resolução 300 *dpis*, *jpg* ou *tif*.

7. **FIGURAS E TABELAS:** As Figuras (gráficos) e Tabelas devem ser apresentadas em preto e branco, com os seus respectivos títulos e legendas. Os títulos devem ser inseridos no alto das mesmas, uma linha abaixo da expressão Tabela ou Figura (dependendo do caso) seguido do seu respectivo número em algarismo arábico (ex.: Tabela1... Figura 2). O Título deve ser sublinhado e somente no caso de Tabela, deve apresentar pontuação final. A Legenda deverá ser inserida na parte inferior da Figura/Tabela, com fonte *Times New Roman*, tamanho 11, em negrito, parágrafo centralizado. A Legenda deverá ser curta e concisa e as fontes de onde foram tiradas devem ser sempre indicadas. Quando mencionar a Figura/Tabela no corpo do texto, utilizar o algarismo arábico e inicial maiúscula. A utilização de expressões como "Figura abaixo" ou "Tabela acima" não devem ser utilizadas porque no processo de editoração a localização delas pode ser alterada.

8. **ANEXOS:** devem ser apresentados após as Referências, em uma nova página, sendo todas numeradas.

9. **CORPO DO TEXTO:** Deve começar em uma nova página. Não é necessário colocar novamente o título nessa página. Não inicie uma nova página a cada subtítulo. Separe-os deixando uma linha em branco. Quando o manuscrito for um relato de pesquisa, o texto deverá apresentar Introdução, Métodos, Resultados e Discussão (acrescidos ou não de Conclusões e/ou Considerações Finais). Esses subtítulos devem ser centralizados, antecedidos e seguidos por uma linha em branco. Os subtítulos que por ventura forem incluídos ao longo do trabalho devem ter a primeira letra de cada palavra maiúscula.

10. **CITAÇÕES:** Citações de outros autores no corpo do texto devem ser feitas pelo sistema Autor (data). **Citação Não Literal:** até 2 autores indicar o ano de publicação em todas as citações. **Exemplo:** Segundo Freitas (2002). De 3 a 5 autores, indicar os sobrenomes de todos eles e o ano de publicação na primeira inserção, sendo que a partir da segunda somente indique o sobrenome do primeiro autor seguido da expressão *et al.* e o ano de publicação. **Exemplo:** Ribeiro, Souza & Carvalho (1999)... conforme Ribeiro *et al.* (1999). De 6 ou mais autores, indicar o sobrenome do primeiro autor seguido da expressão *et al.* e o ano da publicação em todas as citações. **Exemplo:** Prado *et al.* (2002). **Citação literal:** o trecho deve aparecer entre aspas com a indicação da(s) página(s) de onde foi(ram) retirada(s) logo após a citação. Citações com mais de 40 palavras devem ser colocadas em bloco separado, com um recuo de 1 cm nas margens esquerda

e direita, sem aspas, em fonte tamanho 10 e espaçamento 1,5. **Exemplo:** Outeiral (1994) relatou que "a identidade se organiza por identificações" (p. 71). **Citação Secundária:** deve ser evitada. Porém, se for fundamental para o trabalho deve-se informar a referência original e a data de publicação do trabalho. Não use termos como *apud*, *op.cit*, *id.*, *ibidem*, entre outros, pois não fazem parte da normalização da APA. **Exemplo:** Matos (1990, citado por BUI, 1998). **Comunicação pessoal:** não deve ser incluída na sessão de Referências e deve ser entre aspas quando literal; indicar o autor e entre parênteses a expressão *comunicação pessoal* seguida da data. **Exemplo:** De acordo com M.C.Silva (comunicação pessoal, 02 de janeiro de 2003).

11. **REFERÊNCIAS:** Inicie as Referências em nova página, seguindo as normas da 5ª edição do *Publication Manual da American Psychological Association* (APA), do ano de 2001. Apresente-as em ordem alfabética, considerando os sobrenomes dos autores. Em caso de mais de uma referência do mesmo autor, utilize a ordem cronológica (inicie pela publicação mais antiga). Nas Referências devem constar somente os autores mencionados no texto. Observe os exemplos que seguem:

LIVRO DE UM SÓ AUTOR:

Fierz, H K. (1997) **Psiquiatria junguiana**. São Paulo: Paulus.

LIVRO COM DOIS OU MAIS AUTORES:

Buratto, A. L. Oliva: Dantas, M. R. C.; & Souza, M. T. O. M. (1998). **A direção do olhar do adolescente: focalizando a escola**. Porto Alegre: Artmed.

CAPÍTULOS DE LIVRO:

Deps, V. L. (1993). Atividade e bem-estar psicológico na maturidade. In. A. L. Meri (Org.). **Qualidade de vida e idade madura** (pp. 218-145). Campinas: Papirus.

DISSERTAÇÕES OU TESES:

Bernardino, L. M. F. **O diagnóstico e o tratamento das psicoses não decididas: um estudo psicanalítico**. São Paulo, 2000. 203 f. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Silva, M. S. **A construção emocional do terapeuta: uma história de caso**. São Paulo, 1990. 101 f. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

EVENTOS CIENTÍFICOS:

Anais, 18. **Reunião Anual de Psicologia**, 1988, Ribeirão Preto, SP. (1988). Ribeirão Preto, SP: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto.

TRABALHOS APRESENTADOS EM EVENTOS CIENTÍFICOS E PUBLICADOS EM ANAIS:

Meneghini, R., & Campos-de-Carvalho, M.I. (1995). Áreas circunscritas e agrupamentos sequenciais entre crianças em creches [Resumo]. In: Sociedade Brasileira de Psicologia (Org) **XXV Reunião Anual de Psicologia, Resumos** (p. 385). Ribeirão Preto: Autor.

TRABALHOS APRESENTADOS EM EVENTOS CIENTÍFICOS E NÃO PUBLICADOS:

Hadt, J., Dias, M.G., & Koller. S. (1991, fevereiro). **Disgust, disrespect and culture: moral judgement og victimless violation in the USA and Brazil**. Trabalho apresentado no Annual Meeting of the Society for Cross-Cultural Research, Isla Verde, Puerto Rico.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS:

D'Amorim, Maria Alice; Penelli Júnior, Balsem. A atitude diante da droga em um grupo de profissionais de saúde. **Psicologia**: reflexão e crítica, v 5, n. 2. p. 71-78, jul 1992.

ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS ELETRÔNICOS:

Sampaio, J. R. (2002) A “Dinâmica de Grupos” de Bion e as Organizações de Trabalho. **Psicologia USP**, 13 (2). Recuperado em 30 mai 2005, as SciELO (Sienlific Eletronic Library OnLine). www.scielo.br

DOCUMENTO PUBLICADO NA INTERNET:

Moraes, C. Tratamento do TOC infantil. Recuperado em 30 mai. 2005: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?sec=39&art=240>

TRABALHOS NO PRELO:

Sampaio, M. I. C., & Peixoto, M. L (No prelo). Periódicos brasileiros de psicologia indexados nas bases de dados LILACS e PsycInfo. **Boletim de Psicologia**.

AUTORIA INSTITUCIONAL-

American Psychological Association (2001). **Publication manual** (5.¹ ed.). Washington: Author

OBRA ANTIGA E RE-EDITADA EM DATA MUITO POSTERIOR E TRADUÇÕES:

Piaget.J. (1973). **A linguagem e o pensamento da criança**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. (Originalmente publicado em 1956).

Obs: No corpo do texto a notação deve ser Piaget (1950/1973)

EFETUE UM CHECKUST ANTES DE ENVIAR SEU MANUSCRITO:

1 Solicite a um profissional da área em questão a apreciação do conteúdo do seu trabalho antes de enviá-lo à Comissão Editorial. Uma opinião adicional pode enriquecer sua produção. E embora a Editora Champagnat se responsabilize pela revisão de português, vale pedir uma avaliação de um profissional da área antes.

2. Revise o conteúdo e as normas do resumo/*abstract* e descritores.

3. Revise cuidadosamente o trabalho quanto às normas solicitadas: tamanho da fonte em cada item do trabalho, numeração de página, notas em número arábico, título/legenda de Figuras e Tabelas, formatação da página e dos parágrafos, citação no corpo do texto e referências conforme solicitado. Verifique se todos os autores citados constam nas Referências no final do trabalho.

4. Certifique-se de que você está encaminhando no mesmo envelope as 3 cópias impressas (rubricadas), o disquete ou *CD-Rom* com cópia digitada, e a carta de apresentação do manuscrito para o Editor responsável. Verifique se está apresentando o endereço completo (incluindo *e-mail*) em nota de rodapé na primeira folha de rosto do manuscrito.

Instructions in English can be asked by email.